



## A VIVÊNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO

(fotos da autora)

Fig. 8.8 - Algumas actividades domésticas acontecem na rua, num universo quase exclusivamente feminino (rua do Mestre Jorge).  
 Fig. 8.9 - No final da tarde os vizinhos conversam à porta das suas casas sentados nos poiais (rua da Fonte).







## 9. ANÁLISE DE ANOMALIAS

A análise das diversas anomalias<sup>1</sup> detectadas na área em estudo permitiu-nos a sua distribuição em três grupos de natureza distinta: aquelas que advêm da própria *morfologia urbana e arquitectónica*, como, por exemplo, as resultantes da estrutura dos arruamentos ou da tipologia das casas; as que provêm do envelhecimento natural dos *materiais de construção* ou da sua falta de manutenção regular, incluindo as de ordem estrutural; e as de *ordem cultural* ou de adulteração da morfologia original, como é, por exemplo, a substituição dos materiais tradicionais no revestimento dos paramentos. Os dois primeiros tipos influem sobretudo nas condições de habitabilidade, segurança e higiene da população, enquanto o último é particularmente responsável pela qualidade da imagem urbana.

### 9.1 ANOMALIAS INERENTES À MORFOLOGIA

A morfologia urbana, em grande parte responsável pela estimulante qualidade do conjunto urbano, arrasta ao mesmo tempo consigo alguns problemas na habitabilidade do espaço.

O traçado radioconcêntrico é particularmente ingrato no que respeita às acessibilidades, pois fecha-se em concha sobre si, não permitindo uma diversificação das circulações, quer dentro do bairro, quer nas suas ligações para o exterior, negando ao transeunte a hipótese de escolha para chegar a determinado sítio.

A maioria do comércio, serviços e outros equipamentos urbanos instalou-se nas Carreiras, em volta da matriz e dos Paços do Concelho que constituem o centro socio-económico da vila e quem pretende lá chegar tem de percorrer invariavelmente a rua do Mercado ou a rua Nova, pois é no cruzamento das duas que se estabelece o ponto de ligação com o centro. Também quem se dirige para a zona Sul da vila terá de fazê-lo sempre a partir da rua do Mercado e através da travessa do Mercado, na parte mais alta, ou através da volta do Penedo, a uma cota bastante mais baixa, não havendo qualquer ligação intermédia.

À estrutura da malha de quarteirões alongados e ruas pouco interligadas entre si, acresce a dificuldade da topografia acidentada, o que faz com que, por diversas vezes, se tenha de subir para depois descer.

---

<sup>1</sup> Referimo-nos aqui às anomalias de carácter *físico* associadas ao espaço *físico*, uma vez que já referimos as carências de âmbito socio-cultural no capítulo anterior, a propósito da vivência do espaço urbano. Como auxiliar à leitura das diversas anomalias existentes na área recorra-se à sua identificação na planta da figura 9.1.



A rua morfológicamente mais árdua é a rua da Fonte; muito comprida e de declive muito acentuado, só tem acesso em cima pela rua da Judiaria e em baixo pelo largo da Fonte da Vila, pelo que quem habite a meio da rua tem um longo caminho a percorrer para onde quer que se dirija.

No que respeita à circulação automóvel, esta só é possível, com vimos, num número restrito de ruas, sendo as mais frequentadas a rua Nova e a dos Serralheiros, por constituírem uma das saídas da vila. Apesar de ser uma vantagem para a qualidade de vida dos moradores o facto de não haver um trânsito intenso no bairro, com o consequente barulho e poluição, esta questão está igualmente relacionada com as dificuldades nas cargas e descargas (gás, por exemplo), recolha de lixo e sobretudo com a segurança em caso de incêndio.

Neste aspecto, a morfologia urbana mostra-se particularmente ingrata, sendo bastante difícil para os veículos de bombeiros circular e manobrar em determinadas ruas e sendo mesmo impossível o seu acesso a um largo número de habitações. A largura reduzida das ruas aumenta ainda a facilidade de propagação do incêndio aos edifícios fronteiros.

Relativamente ao estacionamento automóvel, este encontra-se circunscrito a uma área ainda menor, ao longo das ruas que permitem a sua circulação, em qualquer lugar onde seja possível o cruzamento de dois veículos<sup>2</sup>. O largo do Arçário e o da Fonte da Vila constituem também locais de estacionamento esporádicos, o que, neste último caso, é particularmente lamentável. O estacionamento indisciplinado acarreta ainda dificuldades acrescidas na acessibilidade dos bombeiros ao já restrito número de ruas a que têm acesso.

Contudo, o problema do estacionamento, tão aflitivo e prepotente em muitos núcleos urbanos históricos, não atinge aqui, *ainda*, proporções alarmantes, pois nem sempre se encontram automóveis estacionados na área e são raros os pisos térreos transformados em garagens<sup>3</sup>. Por outro lado, apesar da população local não ter sido interrogada sobre esta questão no levantamento efectuado pelo G.T.L., parece-nos quase certo que a maioria dos habitantes permanentes não possui automóvel, sendo suficientes os “lugares” que hoje se ocupam.

No entanto, devemos considerar esta questão como uma anomalia *latente*, que tenderá a agravar-se com a alteração do tecido social pelo aumento dos

---

<sup>2</sup> Consulte-se novamente a planta das circulações da área na figura 8.7.

<sup>3</sup> Esta é, sem dúvida, uma das vantagens de muitos arruamentos não permitirem a acessibilidade automóvel.

investimentos em casas de fim-de-semana que, como é sabido, trazem o carro e, de preferência, até à porta, ou mesmo pelo rejuvenescer do tecido residente que aspira a uma melhoria do nível de vida.

O desenho dos quarteirões aliado à relação desfavorável entre a largura de algumas ruas e a cota das cérceas dos edifícios, tem como consequência a reduzida insolação de algumas habitações, com o que isso implica na qualidade ambiental destas. De facto, a maioria dos pisos térreos não possuem insolação directa, devido à sua obstrução por parte dos edifícios fronteiros. Ainda assim, a descontinuidade das cérceas ao longo de um terreno acidentado permite, nalguns casos, melhores condições de insolação, facto que só não beneficia mais edifícios porque a encosta desce para Nordeste.

Por outro lado, à localização do bairro na encosta Nascente, já de si mais desfavorável que a vertente Sul, acresce o facto mais prejudicial de alguns arruamentos se desenvolverem ao longo do eixo Este-Oeste. Novamente aqui é a rua da Fonte a mais sacrificada, com uma das suas frentes virada nitidamente a Norte e cujos edifícios se vêm quase totalmente desprovidos de insolação, uma vez que ela é igualmente reduzida ou nula no alçado tardoz. Aliás, não é por acaso que é aqui que existe o único edifício do bairro que se encontra em ruína, além da descontinuidade urbana provocada por vários lotes que construções anteriores deixaram vagos, num passado mais ou menos recente. É igualmente sintomático que os edifícios que ainda hoje persistem, na frente virada a Norte, se encontrem na sua maioria devolutos.

Vimos que a densidade de ocupação é elevada, geralmente com a apropriação integral do lote, quer pelas construções originais ou por acrescentos que posteriormente se foram realizando. A inexistência de logradouros ou saguões, ou, nalguns casos, também a sua reduzida dimensão, impedem ou dificultam a iluminação e ventilação naturais dos compartimentos traseiros, bem como a ventilação transversal da habitação.

A saturação do tecido urbano potencia igualmente a propagação de incêndio, facilitada ainda pela inexistência de paredes guarda-fogo a separar coberturas. Na rua da Fonte os lotes “deixados vagos” constituem uma excepção na densidade ocupacional e são hoje quintais privados de habitações contíguas, deste modo privilegiadas em espaço e qualidade ambiental.



Na figura 9.1, a par dos edifícios com difícil acesso a bombeiros, assinalámos aqueles que possuem fraca insolação, ou seja, cuja fachada se encontra exclusivamente orientada para o quadrante Norte e ainda aqueles onde é impossível fazer-se a ventilação transversal nos fogos, excluindo, portanto, os gavetos. Como podemos observar, alguns fogos nas ruas do Mercado, Mestre Jorge e Diogo Belo possuem, de facto, deficientes condições ambientais, ao associarem ambas as anomalias referidas.

Ainda no que respeita ao tecido urbano e à sua edificação há ainda a registar algumas situações pontuais de risco sísmico. Apesar de esta zona não ser particularmente susceptível a esse nível, algumas diferenças volumétricas do edificado podem gerar situações mais delicadas, nomeadamente em imóveis contíguos a logradouros. Por outro lado, o grau de alteração recente do edificado, com o recurso às ditas estruturas “mistas”, de lajes encastradas nas alvenarias de pedra e cujo comportamento suscita sérias dúvidas, seguramente fragilizam a estabilidade do imóvel e do próprio quarteirão do qual é parte integrante.

Relativamente à tipologia arquitectónica, as principais anomalias registam-se sobretudo a nível ambiental, pois a qualidade espacial dos fogos, nas suas dimensões e distribuição organizativa parecem não ser motivo de preocupação.

A grande maioria dos edifícios são habitações unifamiliares, não havendo, portanto, uma sobre-ocupação do espaço. As áreas são de um modo geral, suficientes, o pé-direito razoável e o sistema distributivo, em escada de tiro, permite uma evacuação da família relativamente rápida e segura em caso de necessidade. No entanto, a tipologia em duplex ou triplex e o declive acentuado da escada, com espelhos altos e cobertores curtos, revelam-se muitas vezes um incómodo, sobretudo junto da população mais idosa.

Muitas habitações foram remodeladas interiormente, de acordo com as exigências da vida actual, adaptando-se, melhor ou pior, às condicionantes do lote e da construção existente, quando foi mantida. A fraca insolação e a deficiente iluminação e ventilação naturais de algumas habitações, constituem, deste modo, o maior problema detectado.

De um modo geral, a profundidade das casas não é excessiva, apresentando apenas um compartimento fronteiro e outro para as traseiras, não havendo as divisões interiores típicas resultantes da expansão da construção para o interior do quarteirão, pelo que o problema é, de facto, mais urbano do que arquitectónico.

Ainda assim, porém, algumas vezes as divisões traseiras não têm iluminação nem ventilação naturais, pois o alçado tardoz é cego, ou quando as têm, revelam-se insuficientes. Esta situação, ao impedir o efeito de secagem proveniente da penetração solar e ventilação, propicia o aparecimento de humidades, bolores e fungos no interior das habitações que, aliada ao mau isolamento térmico que as caracteriza, vai agravar as condições ambientais de habitabilidade. Um dos casos mais frequentes e de difícil resolução é o aparecimento de salitre, aliado à própria constituição das alvenarias.

A inexistência de instalações sanitárias na construção original, ou a insuficiência da cozinha, se pensada nos moldes actuais, têm vindo sistematicamente a ser corrigidas e actualmente a maioria dos fogos já contemplam ambas, embora por vezes não sejam totalmente autónomas e equipadas. A ventilação destes espaços também nem sempre é contemplada e a introdução, de forma relativamente pacífica, das redes de água, esgotos e electricidade na quase totalidade das construções, acarretou, por vezes, um outro tipo de anomalias.

## **9.2 ANOMALIAS CONSTRUTIVAS**

A presença de água é responsável pela maioria das patologias que observamos nas construções. São diversos os factores que favorecem as infiltrações, propiciando o aparecimento de humidades, bolores e até o desenvolvimento de líquenes e plantas herbáceas, acelerando a degradação dos edifícios<sup>4</sup>.

As coberturas são geralmente o ponto fraco no que toca a este aspecto e, embora o estado de conservação da maioria seja razoável, verificam-se algumas anomalias indutoras da degradação: telhas partidas ou deslocadas, má impermeabilização do telhado no encontro com a chaminé, falta de isolamento e ventilação do telhado. A rede de drenagem de águas pluviais, caleiras e tubos de queda, só existe em alguns edifícios e é de implantação recente, não se tendo verificado deficiências significativas no seu funcionamento.

A presença de água nas construções resulta, por vezes, da ruptura das redes de água ou esgotos, ou do mau estado de conservação das portas e janelas, sem o encerramento total dos vãos. Também o desaparecimento dos rebocos em certas superfícies (mais expostas à acção das chuvas, por exemplo), deixando o suporte à vista, induz a infiltração da água nas alvenarias.

---

<sup>4</sup> A título ilustrativo das diversas anomalias de carácter construtivo presentes na área, veja-se a selecção de fotografias apresentadas nas figuras 9.2 a 9.6.

De um modo geral, não existem problemas graves de ordem estrutural que ponham em risco a estabilidade e segurança das construções. As paredes de alvenaria só em casos pontuais apresentam fissurações resultantes do assentamento diferencial das fundações, sendo também raros os ferrolhos de contraventamento e as “barrigas” que as fachadas por vezes formam.

No interior, verificam-se algumas situações de deformação dos vigamentos dos pavimentos e escadas, com flechas e perda de horizontalidade e, nos casos mais graves, mesmo com a perda da sua função estrutural. As entregas das vigas estão mais sujeitas ao apodrecimento por acção da água e fungos. Os vigamentos da cobertura são por vezes os mais sacrificados, cujo apodrecimento das madeiras e a sua fluência leva muitas vezes a novas infiltrações, num contínuo processo de degradação.

Contudo, as patologias referidas apenas se encontram pontualmente, em edifícios em mau estado de conservação e geralmente devolutos, que constituem uma minoria. É preciso ter presente que a generalidade das habitações é habitada pelos proprietários, que certamente fazem um esforço acrescido para as manter em bom estado de conservação.

As anomalias construtivas mais frequentes prendem-se assim com a degradação dos revestimentos exteriores. Os rebocos e pinturas das superfícies são os que se apresentam mais degradados, tendo-se detectado as seguintes patologias: fendilhação, devido a retrações do reboco; fissuração nos cantos dos vãos, devido à concentração de cargas nas paredes; empolamento, resultante da presença de água no suporte; e destacamento, como consequência do empolamento anterior ou da má aderência entre o reboco e o suporte, quer por nunca ter ficado estabelecida, quer pela incompatibilidade de um reboco com um traço inadequado às características do suporte.

Relativamente às pinturas, a situação que se regista mais frequentemente é, nas superfícies caiadas, o escurecimento desta pelo desgaste da última camada de cal e, nalguns casos, o seu envelhecimento e destacamento, vendo-se as camadas anteriores, por vezes com cores diferentes. Nos casos de pintura com tintas plásticas, encontram-se manchas, fissurações, empolamentos e destacamentos. Muitas vezes, estas anomalias são resultantes de outras já existentes no reboco ou então são devidas à sua incompatibilidade com o suporte, por exemplo, pelo facto de constituírem uma membrana impermeável ao vapor de água das paredes, não as deixando “respirar”.



A falta de impermeabilização no contacto das alvenarias com o solo e a humidade local, favorecem o desenvolvimento de humidades ascensionais, com o consequente ataque biológico ou pequenas herbáceas nos socos ou entre as pedras da soleira, mesmo em construções novas.

As patologias registadas nas cantarias resumem-se quase exclusivamente ao desgaste da pedra, resultante da acção diversa dos agentes atmosféricos, ao longo dos séculos. O granito, que faz as guarnições da grande generalidade dos vãos, é uma pedra com bom comportamento, resistindo bem às intempéries, permanecendo coesa e aparentando apenas uma aparência mais rugosa.

Nalguns casos é possível detectar indícios de fissuração e fracturas, em especial nas vergas dos vãos, derivados da excessiva carga a que estão sujeitas. É frequente ver as juntas entre pedras preenchidas com argamassa de cimento e areia.

Como já se previa, não foram detectadas patologias causadas pela poluição atmosférica.

Nas varandas, guardas e portas de ferro não foi detectada oxidação ou lacunas nos elementos metálicos, que devido à sua manutenção regular se encontram em bom estado de conservação.

Nas janelas e portas exteriores em madeira, apenas há a registar o decaimento da pintura, por falta de manutenção regular, embora se encontrem elementos apodrecidos nas caixilharias das janelas e na parte inferior das portas, nas habitações devolutas e em mau estado de conservação.

### 9.3 ANOMALIAS DE ORDEM CULTURAL

Este tipo de anomalias, que designámos por culturais, tem expressão, essencialmente, na substituição dos elementos de desenho e construção tradicionais por outros de tecnologia recente, muitas vezes tecnicamente incompatíveis e desenho desenquadrado das características arquitectónicas da zona e que se prendem com a *nova cultura do espaço*, vítima de uma uniformização do território.

Falamos de elementos dissonantes, alguns de relativa permanência e fácil substituição - quando a ausência da prática não faz perder irreversivelmente o desenho e a técnica construtiva - mas que podem assumir formas gravosas para a

descaracterização do património urbano e a irremediável perda da sua autenticidade e especificidade local.

Embora a análise deste tipo de anomalias vá incidir essencialmente na sua visibilidade exterior, por impossibilidade de um conhecimento interior tão completo, não podemos, contudo, deixar de referir alguns exemplos interiores de descaracterização do património edificado que, infelizmente, sabemos acontecerem com uma frequência muito superior ao que seria desejável.

Referimo-nos, por exemplo, à sistemática substituição da madeira dos pisos e cobertura por lajes encastradas ou à demolição dos fumeiros no último piso, por já não fazerem falta e por ocuparem um espaço considerável.

Referimo-nos também à destruição das escadas de granito que sobem ao primeiro andar das habitações, para as substituir por outras de betão revestidas a fragmentos de pedra mármore de cores diferenciadas<sup>5</sup>. Nos casos menos graves, é a própria escada de granito que leva o revestimento por cima. Trata-se apenas de uma atitude cultural, uma vez que a função da escada se mantém e o revestimento em nada contribui para a melhoria das condições da habitação, já que normalmente no primeiro lance o declive não é muito acentuado e o número de espelhos não é por isso aumentado.

Relativamente aos revestimentos exteriores, detectou-se a aplicação cada vez mais frequente de rebocos de cimento e areia, em detrimento dos tradicionais à base de cal.

Esta substituição, além de afectar a textura e aspecto final do revestimento, acarreta ao mesmo tempo anomalias construtivas, pela incompatibilidade do reboco com o suporte tradicional, dando lugar a retracções, fissurações e mesmo destacamento do primeiro. Apesar disso, este tipo de revestimentos hidráulicos tem sido sistematicamente executado nas intervenções recentes sobre suportes antigos de alvenaria de pedra.

Além do material propriamente dito, temos a considerar ainda a sua forma de aplicação. A mania de “endireitar” os paramentos leva a situações tão incongruentes como a da figura 9.11, ficando a cantaria reentrante em relação a este. Este outro factor, interfere também nocivamente na imagem urbana, com os seus ângulos rectos e as suas arestas impecavelmente direitas, ao invés da

---

<sup>5</sup> Comparem-se, a este propósito, as figuras 9.7 e 9.8.

ondulação e plasticidade que as sucessivas camadas de cal conferem a alvenarias também irregulares.

Por vezes, mantém-se o reboco tradicional mas a pintura é feita com tinta plástica, certamente mais durável que a caição anual, mas que tem o inconveniente da sua impermeabilidade, prática que é por vezes aplicada só no piso térreo, mantendo-se a cal nos pisos superiores.

A utilização cada vez mais frequente de tintas de mercado, por vezes com cores não condizentes com as características cromáticas do conjunto, levou ao progressivo abandono dos pigmentos tradicionais na pintura dos paramentos, facto que se reveste de extrema importância para a qualidade da imagem urbana<sup>6</sup>.

A personalização de cada habitação por parte do seu morador, com a marcação a cor dos socos e pilastras, revela uma atitude recente e, sem dúvida, oposta à imagem inicial, menos individualista e mais próxima duma unidade de conjunto, apesar da qualidade existente nalguns motivos decorativos. Há, contudo, alguma incoerência nesta intencionalidade, quando a marcação do cunhal, num local onde ele não existe, termina estranhamente na verga da porta como na figura 9.12.

Para além da inadequação de certos revestimentos registam-se igualmente, mas numa situação ainda pontual, algumas situações de aplicação de caixilharia de alumínio no preenchimento dos vãos ou em marquises e a vedação da entrada de luz com portadas exteriores de ripas ou estores projectáveis, bem como a utilização da telha lusa, marseilha e de canal romano, inclusivamente nos beirados<sup>7</sup>.

Em toda a área têm vindo a proliferar os algerozes e tubos de queda, grampeados à fachada e construídos em PVC ou zinco, adulterando a imagem do recorte das coberturas e introduzindo uma maior sensibilidade à infiltração das águas nos pontos de contacto com as alvenarias. Igualmente, a instalação aérea das redes eléctricas e de telefones, num emaranhado caótico de fios negros que cruza ruas e corre, contrastante, pelo branco dos paramentos, prejudica gravemente a leitura do edificado e da sua relação com o vazio urbano<sup>8</sup>.

Alguns vãos também não são particularmente felizes pela sua escala desproporcionada, a sua predominância horizontal ou o desenho excessivo das suas cantarias graníticas, bem esquadriadas e bujardadas a golpe de aresta, entre

---

<sup>6</sup> A importância da pintura dos paramentos assume especial relevo quando se nos deparam exemplos dissonantes como o das figuras 9.9 e 9.10. A má interpretação do uso da cor está também presente em situações como a da figura 9.15.

<sup>7</sup> Veja-se a figura 9.14.

<sup>8</sup> Os contadores de água e electricidade e o traçado dos cabos das redes eléctricas e telefónicas são instalados nos edifícios sem qualquer integração ou controlo (figuras 9.16 e 9.17).

as quais se encontram algumas ogivas da nova geração<sup>9</sup>. Prática de algum modo corrente na vila, embora não com tanta expressão nesta área, tem sido a transformação de uma das portas da tipologia medieval em janela, mantendo-se as cantarias até ao chão e construindo-se um pano de alvenaria, por vezes mantendo-se ainda o degrau exterior de acesso.

O desenho arquitectónico das novas intervenções não tem vindo a beneficiar a riqueza formal do conjunto, antes pelo contrário. Apesar de existirem em número restrito, são por vezes tão contrastantes com a envolvente como os exemplos das figuras 9.23 e 9.24. Também para o interior dos quarteirões, quando tal foi possível, se construíram novos acrescentos, na sua maior parte de desenho descontrolado<sup>10</sup>.

Assinalámos na figura 9.1 os exemplos mais significativos de inadequação do desenho arquitectónico, independentemente de se tratar da totalidade da fachada ou apenas de alguns vãos. Igualmente identificadas estão as situações resultantes da adulteração da morfologia original, mas que, no presente caso, influem de modo particularmente grave na imagem urbana do conjunto: o excesso de volumetria e a adulteração ao lote tradicional.

O crescimento em altura corresponde a um processo natural do desenvolvimento urbano e é, ainda hoje, prática corrente (encontrámos variados processos de alteamento das construções, para um melhor aproveitamento do espaço interior). Em rigor, se pretendêssemos registar os alteamentos do edificado, teríamos provavelmente de assinalar a totalidade dos edifícios, que são hoje, certamente, todos mais altos do que originalmente.

No entanto, apesar do solo acidentado, a volumetria soube crescer homogeneamente, pelo que apenas consideramos como anomalia os casos de volumetria excessiva nitidamente desenquadrados da envolvente. A habitação de quatro pisos na rua da Judiaria, por exemplo, embora possua o último piso recuado e a sua massa construtiva seja menos visível, o gradeamento da varanda e o telheiro que a cobre constituem elementos nitidamente desajustados no contexto local<sup>11</sup>.

Os casos de alteração da estrutura cadastral, com a agregação de dois fogos num, são situações características de uma regressão e rarefacção do tecido urbano,

---

<sup>9</sup> Sobre as anomalias referentes aos vãos, vejam-se as figuras 9.13, 9.18 a 9.20 e, pela adulteração tipológica e inadequado desenho das cantarias, a figura 9.22.

<sup>10</sup> Nos quarteirões menos densificados algumas edificações foram crescendo para o seu interior, como as do largo da Fonte da Vila (figura 9.21).

<sup>11</sup> Referimo-nos ao imóvel da figura 9.25.

acontecendo com alguma frequência e fazendo, tal como os fenómenos de crescimento ou de reutilização, parte integrante do processo de produção do espaço urbano.

A maioria das situações identificadas, embora unidas interiormente, mantém a coerência das tipologias arquitectónica e construtiva, situação que ocorre igualmente no exterior observando-se as características diferenciadas dos dois lotes.

Apenas o lote situado na rua da Fonte que une, pelas traseiras, ao da rua do Mestre Jorge é significativamente prejudicial<sup>12</sup>. Tendo acesso apenas pela rua da Fonte, esta habitação refez completamente o lote da rua Mestre Jorge, cuja fachada, não necessitando de acesso, apenas possui uma janela de peito e outra de sacada. As duas janelas, que só pelo seu desenho e escala já são claramente dissonantes, quebram o ritmo regular das portas estreitas e largas, situação que causa alguma estranheza na leitura da rua e na coerência do conjunto.

Por fim, assinalámos na referida planta os imóveis *sem valor*. Tratam-se de construções que, pela falta de qualidade arquitectónica, original ou devida à sucessiva descaracterização que sofreram, não possuem actualmente valor de conjunto (sem qualidades singulares mas de forte integração na envolvente) ou valor isolado (que se destaquem do conjunto pelas suas qualidades arquitectónicas, históricas, simbólicas ou de autenticidade). Tratam-se no entanto de imóveis susceptíveis de ser corrigidos com vista a uma melhor integração no conjunto.

---

<sup>12</sup> Referimo-nos ao lote da figura 9.24.

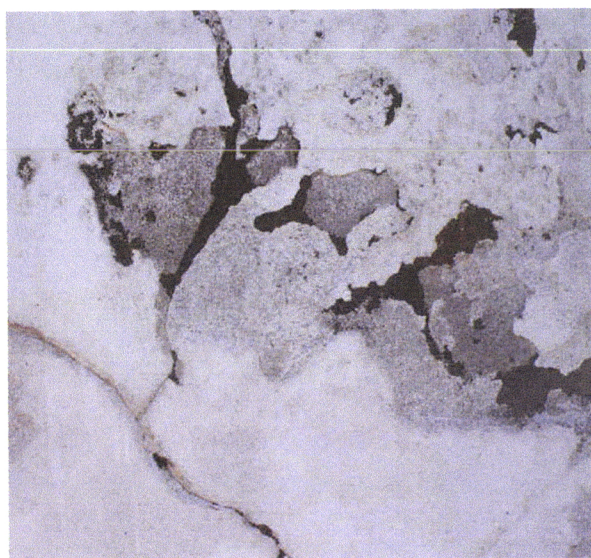












## ANOMALIAS CONSTRUTIVAS

(fotos da autora)

Fig. 9.2 - Degradação generalizada dos vários elementos construtivos- cobertura, vãos e revestimentos dos paramentos (rua da Fonte).

Fig. 9.3, 9.4 e 9.6 - Degradação dos revestimentos dos paramentos: fissuração dos rebocos por assentamento diferencial de fundações e concentração de cargas, destacamento dos rebocos, remendos de cimento, ataque biológico e pequenas herbáceas; manchas, fendilhação e destacamento das pinturas.

Fig. 9.5 - Cantaria de granito erodida com fractura da verga e juntas preenchidas com argamassa de cimento.







## ANOMALIAS DE ORDEM CULTURAL

(fotos da autora)

Fig. 9.7 e 9.8 - A substituição das escadas tradicionais em cantaria de granito por umas *modernas* em betão revestidas a mármore é um desejo muito frequente dos particulares.







## ANOMALIAS DE ORDEM CULTURAL

(fotos da autora)

Fig. 9.9 e 9.10 - Reboco e pintura do paramento inadequados com cor e textura dissonantes (rua da Fonte).

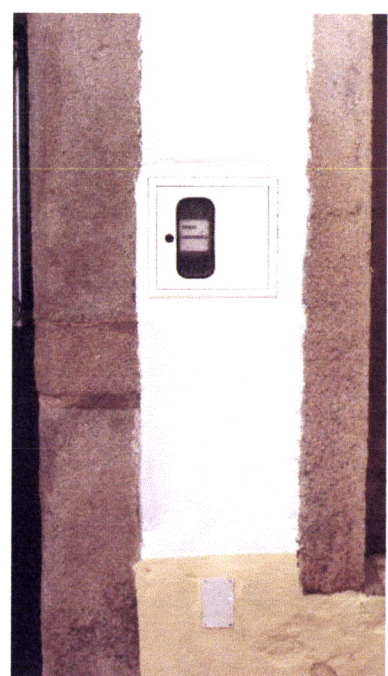
Fig. 9.11 -O "endireitar" dos rebocos de cimento torna reentrantes as cantarias de granito (rua do Mestre Jorge).

Fig. 9.12 - A personalização do edificado leva à marcação de pilastras onde não existiam antes (largo da Fonte da Vila).









## ANOMALIAS DE ORDEM CULTURAL

(fotos da autora)

Fig. 9.13 - O valor atribuído às cantarias ogivais dá origem a mimetismos recentes executados em argamassa (ruinha da Judiaria).

Fig. 9.14 - Reboco de cimento "desempenado", pintura com tinta plástica com um amarelo longe do ocre tradicional e portadas exteriores em alumínio termolacado (rua do Mestre Jorge).

Fig. 9.15 - As vergas decorativas requerem uma pintura contrastante com a da parede e, neste caso, provavelmente, a imitar a cantaria (rua Nova).

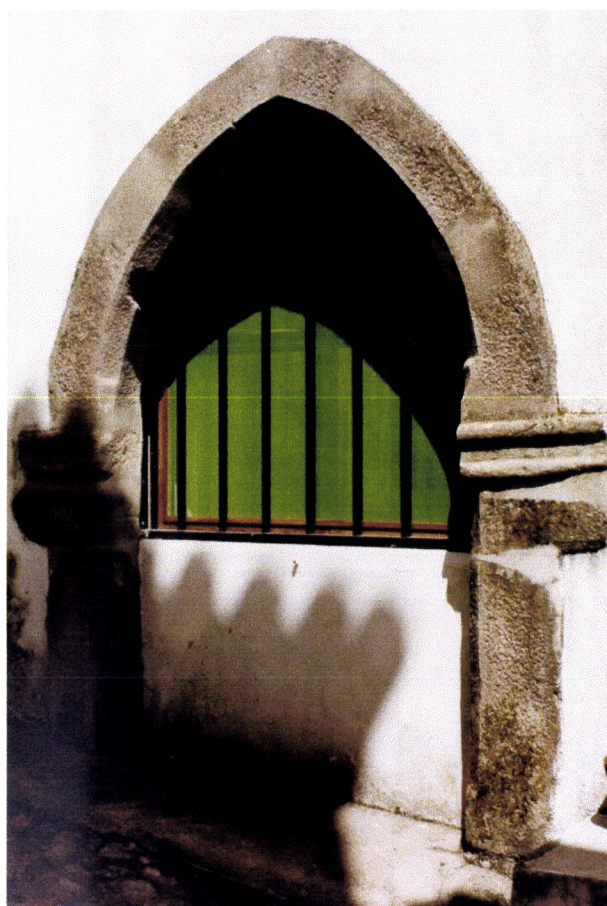
Fig. 9.16 - A instalação aérea das redes de electricidade e telefones é significativamente prejudicial para a imagem urbana (rua do Mercado).

Fig. 9.17 - A instalação de contadores na fachada é feita sem o mínimo de integração.









## ANOMALIAS DE ORDEM CULTURAL

(fotos da autora)

Fig. 9.18, 9.19 e 9.20 - Tem sido corrente a transformação da porta larga da tipologia de raiz medieval em janela ou em porta de garagem, quando é supérflua em termos funcionais (rua da Fonte, rua da Fonte e rua do Mercado).









## ANOMALIAS DE ORDEM CULTURAL

(fotos da autora)

- Fig. 9.21 - No interior do quarteirão os edifícios crescem em pequenos volumes de desenho descontrolado (traseiras do largo da Fonte da Vila).  
 Fig. 9.22 - Habitação "recuperada" recentemente com paramentos em aresta viva e cantarias de desenho duvidoso (rua da Fonte).  
 Fig. 9.23 - A nova arquitectura não se integra na envolvente em termos de escala e composição (rua do Mercado).  
 Fig. 9.24 - A inadequação do desenho arquitectónico na sua composição, materiais e cor numa fachada construída de raiz após emparcelamento com o lote traseiro da rua da Fonte (rua do Mestre Jorge).  
 Fig. 9.25 - Excesso de volumetria num imóvel com o quarto piso recuado e um terraço coberto (rua da Judiaria).





## 10. JUDIARIA DE CASTELO DE VIDE: BASES PARA A DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

### 10.1 A ESPECIFICIDADE DO CONTEXTO LOCAL

Para melhor se perceber a situação presente da área em estudo, no que toca ao património que chegou até nós, o modo como sobreviveu e a sua mais recente evolução, vamos alargar a reflexão à vila inteira de Castelo de Vide.

Das características desta vila, umas serão comuns ao restante Alentejo, outras serão devidas à interioridade da sua posição geográfica, outras serão resultantes da proximidade raiana e outras ainda serão muito idênticas a outros aglomerados de pequena escala; mas no seu conjunto estabelecem uma especificidade muito própria do contexto local, que importa sublinhar.

Dentro desta realidade mais ampla, a área em estudo encontra-se, como vimos, num processo acelerado de *degradação, desertificação, descaracterização arquitectónica e também social*. Esta tendência, generalizada, aliás, à restante área urbana mais antiga (burgo e encosta Sul), não tem sido contrariada nos últimos anos, tendo vindo, pelo contrário, a acentuar-se, para o que contribui uma série de factores.

A preferência da autarquia pelo investimento em bairros novos tem vindo a revelar-se prejudicial para a zona mais antiga, uma vez que a população residente se tem mantido constante nos últimos anos e o preenchimento das novas casas se faz unicamente à custa do esvaziamento das antigas.

De um modo geral, o não crescimento demográfico não significa por si só que o crescimento urbano deva ser também zero, já que surgem necessidades de novos serviços e actividades, nomeadamente ligados à cultura e ao lazer. Também as novas exigências de qualidade habitacional requerem mais área, quer construída quer de espaço livre. A expansão urbana é, pois, legítima, se acompanhar e responder às necessidades crescentes da população.

Contudo, em Castelo de Vide, a proporção que os bairros novos atingem<sup>1</sup> começa a ser preocupante, dado que do limitado investimento de uma autarquia pequena, não “sobram” recursos para investir na requalificação habitacional da zona antiga. Esta opção revela-se tanto mais desajustada quanto uma significativa parte da população, ainda que pudesse mudar de residência, preferia viver na zona mais

---

<sup>1</sup> Nas últimas décadas foram aprovados e construídos vários loteamentos novos representando cerca de 20% do número total de fogos intra-muros, estando ainda prevista a construção de dois outros loteamentos a curto prazo.



antiga, motivada pelo forte sentimento de pertença e de identificação com o espaço urbano e habitacional.

Não nos parece que um investimento na reabilitação dos tecidos antigos atinja quantias mais vultuosas que a construção de novos loteamentos, dado que, resolvendo a questão habitacional, evita ao mesmo tempo o agravar dos problemas mencionados que já hoje são notórios. Esta exclusiva opção política pelo crescimento urbano, resultante em parte da ideia generalizada de que *é impensável viver-se bem na zona antiga*<sup>2</sup>, tem levado à desertificação da área por parte da população residente, sobretudo a mais jovem.

Contrariamente aos problemas de densificação excessiva ou sobreocupação dos fogos, comuns noutros núcleos históricos, está em curso na área mais antiga um processo de desertificação que, por sua vez, desencadeia outros, com consequências graves. As casas devolutas entram rapidamente num processo de degradação física, num ciclo vicioso, com tendência a agravar-se num horizonte próximo, se tivermos em conta o gradual desaparecimento da população envelhecida.

A aquisição de casas devolutas para segunda residência por população não-local, sem qualquer relação afectiva, simbólica ou familiar com a zona, traduzindo-se na gradual *substituição da população originária*, directamente relacionada com os factores acima mencionados, contribui igualmente de forma negativa para a evolução urbana do conjunto, sobretudo se tomar proporções alarmantes: acentua a desertificação da área, quebra as relações de vizinhança, altera a vivência quotidiana e a coesão social, introduz práticas e valores culturais diferenciados, alguns descaracterizadores dos valores intrínsecos da vila, desestabiliza o valor económico das edificações permitindo alguma especulação imobiliária.

Esta situação reveste-se da maior relevância dado Castelo de Vide estar hoje na moda e conter, com efeito, muitos atractivos para a proliferação de segundas residências (sendo precisamente uma das zonas mais procuradas a concha da Fonte da vila).

---

<sup>2</sup> Sobre esta mentalidade vigente, vem a propósito referir um discurso de Cottinelli Telmo sobre a legitimidade da renovação da cidade: «O apego as coisas antigas é muitas vezes exagerado e não pode viver apenas no campo do sentimentalismo. Pais estrangeiro em relação ao campo das realidades. Se os poetas da Arqueologia e os comerciantes do Turismo fossem obrigados a viver, durante um ano, em certos bairros «tradicionais», acabariam por deixar de fazer versos e escolheriam outro negócio, apoiando o radicalismo de certas soluções urbanísticas mais humanitárias que líricas». Cottinelli Telmo, «Renovação da fisionomia da cidade» in *Primeira Reunião Olisiponense, Teses, Estudos e Comunicações*, Lisboa, C. M. Lisboa, s.d., p.55, citado em José Aguiar, *Estudos Cromáticos nas Intervenções de Conservação em Centros Históricos* (dissertação policopiada, para obtenção do grau de Doutor), Universidade de Évora, Évora, 1999, p.98.

Todavia, é também importante referir que Castelo de Vide detém, à escala regional, uma certa capacidade de atracção de residentes, nomeadamente casais jovens, o que é por si só um factor muito positivo, bastando um pequeno esforço e uma aposta na reabilitação da zona mais antiga, para inverter os processos de desertificação e envelhecimento que actualmente decorrem.

Vem a propósito lembrar, que não se sente aqui a pressão da tão habitual terciarização nos centros históricos. A pequena dimensão do aglomerado, que é quase todo ele centro histórico e a relativa escassez de comércio e serviços, faz com que o convívio destas actividades com a habitação não seja ainda conflituoso.

Também a implantação actual do terciário privilegiando as carreiras de Cima e de Baixo (o antigo Rossio), diminui ainda mais qualquer pressão que se pudesse fazer sentir na área mais antiga. Ou seja, a migração da população original é mais resultado da falta de condições de habitabilidade, de acordo com os padrões actuais, do que por não poder suportar rendas incomportáveis devido a especulação imobiliária por parte do terciário.

Uma percentagem significativa da população (aproximadamente 42%)<sup>3</sup> mudaria de residência, na procura de melhores condições da casa, a sua posse ou uma renda mais baixa. De facto, não são propriamente atractivos, a antiguidade e degradação das redes de infraestruturas, os acessos íngremes por calçadas irregulares e incómodas, a circulação viária difícil e o estacionamento automóvel quase inexistente, a par de casas pequenas e húmidas e dificuldades nas obras (de que falaremos adiante). No entanto, é possível (desejável e urgente) inverter o processo, dentro das condicionantes inerentes ao próprio local, para o que se torna necessária, em primeiro lugar, a sensibilização do poder político para o facto.

Importa referir também que a praga do veículo privado que afecta invariavelmente os centros históricos, não se manifesta aqui de modo muito expressivo. Para tal ajuda o facto de, nas zonas de mais difícil acesso automóvel, restar essencialmente uma população envelhecida que não o possui, sendo este um problema que se coloca sobretudo se se pretende a renovação geracional dessas mesmas áreas, com melhor qualidade habitacional.

A vontade de mudar de residência prende-se também com um outro aspecto, de ordem cultural e não menos importante: a ideia enraizada de que o que é velho não

---

<sup>3</sup> Valor extraído da análise sociológica elaborada pelo Gabinete Técnico Local de Castelo de Vide (*Plano de Pormenor da Zona Urbana Mais Antiga de Castelo de Vide*, (texto policopiado), vol. III, *Elementos Anexos*, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 1999, p. 89).



presta e está inevitavelmente associado à pobreza. Esta mentalidade, que apesar de tudo prevalece, não deixa de suscitar alguma ambiguidade no seio da população: se por um lado há uma legítima apetência pelo progresso e pela melhoria das condições de vida relativamente aos seus antepassados, por outro lado não se desprendem totalmente dos valores tradicionais que lhes foram inculcados e que constituem, no fundo, as suas raízes.

Certamente prejudicada pela falta de bons exemplos de reabilitação, esta apetência pela modernização traduz-se pela obra nova ou determinado tipo de renovação e é corroborada pelos construtores locais, ágeis na aplicação do betão e das argamassas de cimento. A prática de muitos anos de uma construção corrente e sem referências ao lugar fez adormecer, quase irremediavelmente, a sabedoria dos processos tradicionais<sup>4</sup>. Entramos aqui num campo que, fruto de variados factores, tem vindo progressivamente a adquirir maior visibilidade: a *descaracterização arquitectónica e construtiva*.

Até há poucos anos Castelo de Vide não tinha nas estruturas camarárias técnicos permanentes que zelassem pelo controlo e adequação das obras no aglomerado. É preciso não esquecer, que aquilo que chegou até nós – e é muito –, a persistência das formas físicas do passado, se fez essencialmente por contracção e desinvestimento e não por uma política de planeamento eficaz.

A falta de fiscalização e controle generalizado levou à gradual transformação física do edificado: subidas de um piso ou pisos recuados, terraços mal integrados ou a introdução de garagens, são algumas das alterações mais visíveis. Mas por dentro as transformações continuam, com o esventramento, por vezes integral do interior e lajes aligeiradas de betão encastradas nas alvenarias de pedra portantes.

O grau de alteração exterior é, apesar de tudo, menor que o interior, também pela consciência generalizada de um património de características imagéticas. Ou seja, a vila de Castelo de Vide é bonita, pelo que há que preservar a sua imagem urbana e, como tal, “a fachada tem que se manter, mas por dentro mando eu!” (posição, aliás, suportada pela actual legislação).

Este espírito há muito interiorizado e legitimador de intervenções gravosas no interior do edificado, tem, contudo, evitado, no exterior, a proliferação dos socos de mosaico degradé, dos alumínio anodizados e das persianas plásticas e até a

---

<sup>4</sup> «Para quê fazer o reboco acompanhar as irregularidades da alvenaria? Ainda se vai dizer por aí que eu não sei é fazer o reboco direito!», é uma expressão que já ouvimos sair da boca de construtores locais.

demolição total do velho edifício e a sua substituição por um novo (de pior qualidade). Não se entenda com isto que toda a arquitectura contemporânea deva ser radicalmente proibida na área consolidada, mas simplesmente que os exemplos mais recentes não têm sido enriquecedores para o conjunto da vila.

A qualidade dos projectos de arquitectura é, em geral, muito má. A maioria é feita por desenhadores ou engenheiros técnicos com pouca sensibilidade para com a pré-existência que estão a tratar. Ou por “arquitectos de assinatura”, nas zonas de protecção de imóveis classificados. A situação tem vindo, no entanto, a melhorar, com a aplicação de regras restringindo o livre arbítrio dos construtores e da população – que agora tem de “meter projecto” à câmara, quando antes bastava um pedido de obras, ou nem isso...

São processos lentos e que têm forçosamente de ser graduais para mudar o que «*sempre foi assim*» e neste aspecto a vila deve assemelhar-se a tantas outras pelo país, de idêntica dimensão. Apesar de alguns poderes instituídos não darem ainda a exemplaridade na actuação, como lhes compete por obrigação, é sintomático, de há uns anos para cá, o progressivo aumento dos licenciamentos que entram na Câmara, as contra-ordenações às irregularidades e o diminuir das obras ao fim-de-semana.

A “íngrata” figura do IPPAR assume nesta vila um papel especialmente relevante, dada a dimensão da zona urbana que se encontra classificada como área de protecção. Com efeito, os diversos imóveis classificados (nomeadamente as muralhas) e as suas áreas de protecção abrangem grande parte do edificado, deixando, no entanto, algumas zonas de fora<sup>5</sup>.

Ao invés de constituir uma mais valia, a classificação patrimonial surge como um óbice e não sucede, com certeza, só aqui. O proprietário que tem o “azar” do seu edifício estar situado numa área de protecção terá que pagar *também* ao arquitecto para fazer o projecto (em vez de tratar tudo com o engenheiro) e esperar mais tempo que lho aprovelem, com a agravante, do seu ponto de vista, do IPPAR geralmente indeferir as novas estruturas “mistas” de lajes em betão armado encastradas nas alvenarias de pedra.

Importa ainda sublinhar que a demarcação das áreas de protecção aos imóveis classificados é, geralmente, um gesto administrativo realizado longe do lugar e por isso nem sempre coerente. No presente caso, o que faria sentido era classificar

---

<sup>5</sup> Veja-se a este respeito a planta apresentada no anexo 2.3.



todo o burgo dentro das muralhas setecentistas como valor de conjunto, evitando-se que duas vizinhas possam adoptar critérios de intervenção diferentes em edifícios similares. Na presente situação, à falta de uma visão estratégica sobre as questões patrimoniais e a importância da sua preservação, o que resta é a ambiguidade das “zonas de placa” e das “zonas de não-placa”, para sorte de alguns e azar de outros.

Dado que em zonas de protecção não existem obras isentas, legalmente (e teoricamente) qualquer alteração nas construções deve ser assinada por um arquitecto e aprovada pelo IPPAR. Desde logo se torna claro o desajuste e a inaplicabilidade deste processo para pequenas alterações, face à incapacidade de uma resposta adequada e em tempo útil (sem correr o risco de obstruir por completo o normal desenvolvimento da vila e acelerar a degradação), quer da parte do projectista, quer da parte do IPPAR. Estas pequenas obras *não* isentas, seja a introdução de uma caixa do correio, a instalação de um contador da electricidade ou a alteração de um vão, são muitas vezes as mais responsáveis pela descaracterização formal do edificado, dado que não são controladas, situação que só poderia ser minorada com a actuação no terreno de um gabinete de apoio vocacionado para a reabilitação.

A esta questão acresce a dificuldade típica da intervenção no património urbano: o efeito de propagação dos maus exemplos e o risco da criação de precedentes. Tratamos de um património cujo valor não reside em edifícios pontuais classificados pelo seu carácter de excepção, mas na coerência e harmonia do conjunto das arquitecturas correntes e anónimas.

Este tipo de património é particularmente sensível à influência dos construtores e vendedores de materiais de construção, importadores do progresso e onde a velha máxima “se o vizinho fez...” surte especial efeito na divulgação de situações anómalas e desintegradas<sup>6</sup>. O piso que subiu, o terraço na cobertura, a inevitável “placa” ou a caixa do ar condicionado na fachada, podem ser apenas elementos pontuais, a escalas diferenciadas, que o conjunto até consegue absorver, mas que criado o precedente se pode generalizar de maneira incontrolável.

Apesar de se tratarem de edifícios correntes, maioritariamente sem valor isolado, a sua preservação enquanto valor de conjunto tem nuances particularmente

---

<sup>6</sup> Veja-se um exemplo: o primo Zé (e aqui todos são primos de alguém), que é um tipo expedito e desenrascado, convence a Ti Maria das vantagens da aplicação dos seus algerozes, fazendo-lhe até uma atençãozinha, contando já que, se “a coisa pega”, em quinze dias tem meia vila a comprar-lhe o material.

delicadas, não só porque uma cidade antiga se trata de um organismo vivo, como pelo facto de se lidar com a vontade dos particulares e a sua capacidade de transformação. Isto significa que, em certa medida, estamos perante um património mais facilmente exposto e desprotegido.

A política de reabilitação urbana que se pretenda levar a cabo - e só no presente ano ficou concluído o Plano de Pormenor elaborado pelo G.T.L para a zona urbana mais antiga da vila (do castelo até às Carreiras), - esbarra ainda com a inadequação dos programas financeiros. RECRIS ou RECRIPH's não se compadecem com as particularidades desta vila em que, maioritariamente, cada edifício representa um fogo habitado pelo seu proprietário. Por outro lado, o potencial de investimento dos residentes, com idade avançada e fracas escolaridade e habilitações profissionais, não se afigura positivo, pelo que a responsabilidade da reabilitação não lhes deve caber exclusivamente.

Uma última palavra para referir a importância do turismo no contexto local. Castelo de Vide tem um turismo muito significativo, com especial incidência no Verão, mas que ocorre durante o ano inteiro. A fortíssima implantação da vila na paisagem, com as cambiantes dos vários tecidos urbanos nascidos da topografia e articulados por outros elementos estruturantes, o atractivo de um castelo medieval ou de alguns outros espaços de características *sui generis*, são razões de sobra para a imediata sedução do turista que a visita.

Esta imagem intensa e apelativa vende especialmente bem para o turista "quase" cultural (e lembramos a proximidade de Espanha), sustentada com alguns apoios e infraestruturas em crescimento progressivo (hotéis, restaurantes, etc.).

A importância do turismo para a economia local é significativa e encarada até como o eixo essencial do desenvolvimento futuro, numa região onde a indústria é praticamente inexistente e a agricultura não é competitiva. Esta perspectiva está intrinsecamente absorvida; a população há muito se habituou a ter turistas a passar nas suas ruas e a fotografar as suas casas e, de um modo geral, gosta deles, que lhes animam os dias.

Deste facto advém, igualmente, a necessidade da preservação da sua imagem urbana, atitude que, apesar de parcial, tem conseguido poupar Castelo de Vide à descaracterização descontrolada e irreversível que já afectou a maioria dos aglomerados urbanos no nosso país.

A noção de património como recurso para o desenvolvimento não está, no entanto, ainda totalmente assimilada. Se por um lado se apela à preservação da sua imagem patrimonial, por outro defende-se unicamente o fachadismo, como meio de atrair o turismo, sem que daí advenham outras contrapartidas para a qualidade de vida da população local e sem que sejam salvaguardadas outras características próprias (mas menos imediatas ou visíveis) da sua identidade cultural.

A perversidade que este desfasamento contém, corre o risco de se agravar e assumir proporções desequilibradas, com graves consequências para o evoluir do aglomerado, se o papel do turismo não for compreendido como apenas mais uma parte integrante duma perspectiva muito mais ampla de desenvolvimento sustentado.

## 10.2 VALORES A PRESERVAR

A área em estudo coincide em grande medida com a *Zona Especial de Protecção*<sup>7</sup> do imóvel classificado de interesse público *Fonte da Vila*. O facto de se tratar de uma ZEP não garante, por si só, a conservação e valorização deste conjunto, apenas determina regras básicas e de carácter essencialmente administrativo para a protecção dos seus valores intrínsecos.

Mas que valores são esses? O maior valor, na era da uniformização que atravessamos, consiste precisamente na diferença, na especificidade do que aqui ainda resiste à massificação, valores que, uma vez detectados, devem ser impreterivelmente preservados<sup>8</sup>.

### 10.2.1 Valores Históricos

Para além do facto de ainda hoje as suas construções manterem muitas das características formais e tipológicas de raiz medieval, uma excepionalidade que é, por si só, uma garantia do valor histórico, esta área tem ainda outro atractivo: em maior ou menor grau estará sempre associada à presença de judeus e ao período fulcral da nossa História imediatamente coincidente com o antes e o após a sua expulsão de Portugal.

Como vimos, não há muitas certezas documentais acerca da história dos judeus na vila de Castelo de Vide, a não ser a confirmação da sua presença. Do espaço que

---

<sup>7</sup> A Zona Especial de Protecção da Fonte da Vila, designada segundo o D.G. 2ª série, nº 72 de 26/3/60, é, a nosso ver, completamente absurda, já que o limite assinalado intercepta inexplicavelmente alguns imóveis nas ruas do Mercado, Judiaria e Santo Amaro, nomeadamente a igreja do mesmo nome. A área abrangida pela ZEP não é, deste modo, totalmente coincidente com a área que este estudo abarca, como se pode constatar na figura 10.1.

<sup>8</sup> Na figura 10.3 apresentamos uma selecção de imagens que nos pareceram representativas de alguns valores que a área possui e que devem ser preservados.



ocupavam ou do modo como viviam as referências são demasiado vagas, tanto mais que não foi ainda feita uma investigação histórica exaustiva. Aqui, como na maioria das localidades do país, a presença judaica não se encontra suficientemente estudada, ao contrário, por exemplo, do investimento que na vizinha Espanha se tem dado ao tema, muito divulgado em programas turísticos tipo «*Caminos de Sefarad*»<sup>9</sup>, etc. Curiosamente, em muitos destes locais sabe-se documentalmente o sítio exacto da sinagoga, dos banhos, ou das ruas onde os judeus moravam e, depois, no terreno, já nada resta do que antes possam ter sido essas construções. Em Castelo de Vide, contrariamente, a memória antiga, teimosamente persistiu nas formas. Temos hoje os vestígios materiais do espaço medieval, no tecido urbano e na arquitectura (com mais ou menos alterações) e, no entanto, em termos documentais, não há certezas de quase nada que se relacione com o espaço urbano.

#### 10.2.2 Valores Socio-culturais e de Usos

Provavelmente empolada nas últimas décadas, a questão da ascendência judaica do bairro, está já hoje enraizada na cultura local. O próprio nome por que é agora conhecido, Judiaria, veio substituir a anterior e mais simples designação de bairro da Fonte da Vila. A vontade de ter existido uma *grande* comunidade judaica, ou a possível “verdade” da existência de uma sinagoga no pequeno edifício onde ainda hoje se diz existir o tabernáculo, acompanhadas de outras tantas histórias que explicam variadas tradições locais, como as celebrações da Páscoa ou os Bolos da Massa, fazem hoje parte, e isso é inegável, do imaginário e da identidade local, sendo até motivo de orgulho<sup>10</sup>.

Aparte esta particularidade, a população revela «*um forte sentimento de pertença, alicerçado numa série de motivos de pendor afectivo e simbólico, traduzidos num elevado grau de enraizamento local, onde a relação com os vizinhos, o sentimento de posse da casa, e a satisfação com as condições físicas das habitações,*

---

<sup>9</sup> O programa «*Caminos de Sefarad*», coordenado pelo Patronato para la Promoción del Turismo y la Artesanía (Cáceres), pretende divulgar a presença e história judaicas em várias localidades espanholas (Cáceres, Córdoba, Girona, Hervás, Ribadavia, Segóvia, Toledo e Tudela), estabelecendo para cada uma delas um resumo da história da comunidade local, edifícios ou vestígios da sua presença, além de outras informações gerais de interesse turístico. No mesmo sentido está actualmente a realizar-se o programa «*Red de Juderías*» incluindo as localidades raianas de Cáceres, Guadalupe, Garronvillas, Coria, Plasencia, Trujillo, Alcântara, Valência de Alcântara, Hervás e, do lado português, Nisa, Marvão e Castelo de Vide.

<sup>10</sup> «*É extremamente difícil atribuir um estatuto unívoco e preciso à situação actual de Castelo de Vide que, há muito se demarcou dos seus vizinhos pelo sincretismo que a pequena comuna adoptou há quatro séculos atrás. Mas é claro que na Páscoa, o que atrai os turistas e enche de alegria os casteloidenses, é o seu carácter de dualidade, onde cada um se pode reconhecer e que traduz a riqueza cultural de Castelo de Vide*». Juliette Favreul, *La Semaine Sainte a Castelo de vide, sur les Chemins d'une Identité Marrane*, (texto policopiado), École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1994, p. 139 (tradução livre).

*combinadas entre si, revelam uma integração social sólida e demonstrativa da presença de uma identidade socio-cultural ainda com alguma visibilidade»<sup>11</sup>.*

Em relação aos usos, a área adequa-se à função residencial permanente, embora, à escala da vila, seja das que oferece também mais potencialidades para residência sazonal. Tem, no entanto, vindo a perder outros valores de uso, pela quase exclusividade da actual função residencial, que deve por isso ser complementada com actividades comerciais e artesanais no nível térreo, permitindo a sua revitalização. O carácter singular de alguns imóveis, hoje desaproveitados, tem potencialidades para a instalação de outro tipo de equipamentos, nomeadamente culturais ou de restauração.

### **10.2.3 Valores Arquitectónicos e Urbanos**

Como valores arquitectónicos e urbanos não podemos deixar de referir:

**a) O fortíssimo enraizamento das construções no terreno e a sua lógica estruturação urbana que acompanha a morfologia da concha.**

O traçado radioconcêntrico de raiz medieval foi condicionado por diversos elementos estruturantes tais como: o relevo, a fonte (polo irradiador de crescimento), a Porta da Vila de acesso ao castelo e a ermida de Santa Maria. Do lado Sul a concha é delimitada pela rua do Mercado, de onde partem quase todas as outras ruas, também elas definidoras do tecido urbano, de grande declive e convergentes para a Fonte da Vila, situada na cota mais baixa.

O evoluir das ruas está repleto de enfiamentos visuais significativos, quer para esses mesmos elementos estruturantes (torre de menagem, fonte, igreja, arco da Porta Nova), quer para outros elementos de identificação visual, como a torre da igreja de Santo Amaro. Em termos volumétricos, as construções acompanham a morfologia da concha num fluir orgânico, sem rupturas ou ambiguidades.

**b) A clara leitura do processo de evolução urbana**

A malha urbana e a generalidade da arquitectura tem raiz medieval numa evolução que se fez dos pontos de maior cota para os de menor, em direcção à fonte e à igreja de Santa Maria. Os quarteirões são alongados, bem definidos e densamente construídos, por duas filas de lotes com frente apenas para uma rua e separados por estreitas travessas de esgotos, ou encostando costas com costas, excepto a

---

<sup>11</sup> Gabinete Técnico Local de Castelo de Vide, *ob. cit.*, vol. III, *Elementos Anexos*, p. 87.

Norte nas franjas de confronto com a muralha seiscentista, fruto de ocupação urbana diferenciada no tempo.

A modificação das formas de ocupação urbana é também confirmada pelos lotes, rectangulares e de grande regularidade, com áreas e frentes urbanas maiores nas proximidades da igreja de Santa Maria, nomeadamente no largo da Fonte da Vila, e nas ruas do Mercado, Serralheiros e Nova; e pela presença nestes locais de outras tipologias que não só a habitação gótica medieval, nomeadamente, habitações burguesas e palacetes urbanos, de períodos posteriores a este e de maior dimensão que, curiosamente, se subdividem volumetricamente em vários corpos adquirindo a escala das restantes.

Também o vocabulário arquitectónico reforça este sentido da expansão urbana, com uma predominância das portas em arco ogival (mais antigas, portanto) na zona mais elevada e das janelas com sobreverga ou de sacada no primeiro piso, na zona mais baixa do largo da Fonte e rua Nova.

#### **c) O largo da Fonte da Vila como acontecimento urbano singular e referencial**

Este espaço público, pela sua atribuição funcional, dimensão e importância como ponto de confluência dos arruamentos, constitui, de facto, um acontecimento singular no apertado e tortuoso tecido urbano. Pelas arquitecturas que o envolvem, dotadas de um vocabulário mais rico a nível arquitectónico e decorativo, está criado um cenário de características únicas e de grande beleza formal.

No entanto, pela progressiva degradação física e pelo estado de semi-abandono da sua vivência por parte da população, é urgente a sua revitalização e dadas as potencialidades que em si mesmo encerra como polo irradiador de desenvolvimento, deve ser hoje entendido, já não só como indutor do crescimento urbano, mas também da reabilitação de toda a concha.

#### **d) A unidade formal do conjunto pela repetição da tipologia habitacional medieval**

A predominância de uma tipologia formal e construtiva, confere ao conjunto uma imagem homogénea, que apesar de não diversificada, é enriquecida pelo acidentado e convergente espaço onde se implantam as construções numa íntima comunhão entre ambos.

A imagem urbana ao nível da rua é maciça, com predominância dos volumes e do cheio sobre o vazio, excepto no piso térreo, onde o ritmo da porta larga e porta estreita, característico de toda a vila antiga, está fortemente presente, embora de



forma mais descontínua nos arruamentos menos planos. Os telhados têm uma ou duas águas, descendo a encosta em escada, com as cumeeiras paralelas à fachada e terminando, salvo raras exceções, em beirados, mesmo nas habitações burguesas.

Interiormente, muitos são ainda os edifícios que preservam a sua estruturação interna, com a loja no piso térreo e habitação nos superiores, escada de tiro e compartimentação bipartida.

**e) A unidade formal do conjunto pela *ainda* coerente evolução natural do edificado.**

O grau de alteração exterior dos sistemas construtivos é mediano, mais pelo recurso a revestimentos exteriores não tradicionais (argamassas de cimento, tintas plásticas) do que pela adulteração compositiva da fachada. Ainda assim, socos, cunhais, molduras de vãos ou óculos, ainda que não pertencentes ao vocabulário original das construções, souberam povoá-las de forma harmoniosa, permitindo a leitura clara da tipologia.

Também o alteamento progressivo do edificado, dado que actualmente a maioria das construções apresenta três pisos, foi ocorrendo de forma integrada, tanto volumetricamente como pela linguagem arquitectónica adoptada no último piso. Os casos de volumetria excessiva são pontuais e ocorreram nas últimas décadas, tal como os pisos recuados, geralmente mal enquadrados. Existem bastantes terraços, comendo total ou parcialmente a água do telhado e virados geralmente para o interior do quarteirão. Apesar de não perceptíveis a partir da rua, o quinto alçado é muito visível nesta zona, particularmente do castelo, sendo por isso tão importante, como nos restantes alçados, a preservação das suas características.

Particularmente interessante é o facto de se tratar de uma área habitada e viva, onde as transformações do edificado, são fruto de uma evolução natural, quer de densificação da área, quer de novas necessidades do habitar, quer do gosto arquitectónico e decorativo. Tanto é assim que a generalidade das construções, não possuindo um valor patrimonial isolado, mantém o seu valor de conjunto, havendo poucas que, por desqualificação arquitectónica ou por um elevado grau de desintegração na envolvente, não possuam mesmo valor nenhum.

O sinal de alerta, porém, surge-nos já no interior, onde o grau de transformação é bastante maior e muito menos compatível com a pré-existência.

#### **f) A autenticidade das construções**

Por último, destacamos a autenticidade como valor a preservar. Autenticidade histórica, estética, dos materiais e dos sistemas construtivos, como qualquer outro objecto de valor patrimonial. Mas porque se trata de um organismo vivo, este património deve ser encarado numa perspectiva evolutiva, não apenas de pura conservação, mas de reabilitação integrada, pelo que importa não esquecer uma autenticidade *socio-cultural*.

Grande parte dos valores que definem a autenticidade deste tecido físico encontra-se mencionada nos pontos anteriores, abordando-se, deste modo, apenas os materiais e sistemas construtivos de forma mais sistemática.

São exemplos de materiais tradicionais aplicados na área e cuja utilização deve ser preservada e incentivada: o granito maciço em cantarias de vãos e escadas interiores; o xisto ou granito no lajedo dos pisos térreos; a madeira nas portas, caixilharias, sobrados e vigamentos; a telha de canudo nas coberturas; a cal branca nos rebocos e caiçação e a parda tipo “Escusa” nas argamassas e pintura de socos e molduras de vãos; os pigmentos tradicionais e a paleta cromática local: com o branco quase exclusivo nas fachadas, os ocres e cinzas em elementos decorativos, e os verdes, castanhos e vermelhos nas portas e janelas.

No que toca aos sistemas construtivos, devem ser preservadas as alvenarias de pedra, os madeiramentos e telhados, o solho corrido e as baldosas nos pisos, os fumeiros e os revestimentos tradicionais, rebocos simples ou decorativos, nomeadamente o «*raspadinho*».

#### **10.3 QUE ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO?**

No actual contexto socio-económico e cultural de Castelo de Vide a sensibilização para a salvaguarda é um dos aspectos fulcrais para a definição de uma estratégia de reabilitação.

Nesse sentido, julgamos particularmente urgente a divulgação dos valores patrimoniais existentes, para além do tradicional destaque das cantarias ogivais, das muralhas ou da Fonte da Vila. É urgente a interiorização de um valor de conjunto, que engloba necessariamente e sobretudo as construções mais correntes. E porque estas são particulares e habitadas, é também urgente o libertar da ambiguidade e das contradições existentes entre os valores do progresso *versus* tradição, ainda presentes na mentalidade local.

As acções de sensibilização desempenham, por isso, um papel fundamental e podem ser levadas a cabo de variadas formas: através do recurso à história, à arquitectura<sup>12</sup>, à etnografia, etc., como potenciadores da valorização; através de bons exemplos de reabilitação ou nova construção integrada; através de actuações exemplares da autarquia nos seus edifícios e espaços públicos; através do apoio técnico continuado na reabilitação; e através da motivação e participação dos agentes locais na reabilitação do tecido físico e social ( autarquia, escolas, juntas de freguesia, associações de desenvolvimento, colectividades locais, paróquia, Misericórdia, etc.).

A cumplicidade com a população (não adianta actuar contra as pessoas), é, pois, essencial e estará implícita em qualquer das estratégias que seguidamente se apresentam. Por outro lado, importa também referir que a área é demasiado pequena para ser entendida isoladamente – aliás, qualquer estratégia de desenvolvimento e reabilitação para Castelo de Vide deve ser pensada à escala da vila no seu conjunto, incluindo as expansões recentes – pelo que, além de algumas propostas específicas da área em estudo, referentes a espaços concretos a ela pertencentes ou à sua história, se sugerem outras, de âmbito mais geral (imagem urbana, circulação viária, etc.).

Na conformação de uma estratégia no pressuposto de que se trabalha com um organismo vivo (e que se pretende que assim continue), a conservação a empreender na área não deve aspirar a uma cristalização no tempo, antes, pelo contrário, deve assegurar a continuidade e evolução das transformações urbanas de forma harmoniosa e integrada.

Finalmente, as estratégias de intervenção na área devem revestir-se de duas componentes distintas e complementares: a requalificação da área como zona habitacional e a sua revitalização a partir da capacidade indutora de pequenas cirurgias urbanas, empreendidas pela autarquia<sup>13</sup>.

### 10.3.1 Requalificação Habitacional

Para a promoção da área como espaço residencial de qualidade, segundo os padrões actuais de conforto e comodidade, sugerem-se as seguintes acções, a levar a cabo a curto, médio ou longo prazo:

---

<sup>12</sup> Alguns municípios, como Tavira ou Moura, realizaram um «*guia do construtor*» chamando a atenção para a construção tradicional, instrumento que também aqui seria, sem dúvida, de grande utilidade. Seriam medidas igualmente de interesse o levantamento das técnicas construtivas tradicionais na região da serra de S. Mamede ou o incentivo à produção de cal da Escusa.

<sup>13</sup> Para a visualização de algumas destas estratégias recorra-se à planta apresentada na figura 10.2.



#### **a) Dotação e Melhoria de Infraestruturas**

A circulação automóvel na área deve ser condicionada apenas aos residentes e estabelecimentos nela existentes, exceptuando, como é óbvio, o acesso aos veículos prioritários como ambulâncias e bombeiros. Se bem que muitas ruas já estejam naturalmente condicionadas à circulação viária, devido ao seu traçado sinuoso, declivoso ou estreito, esta medida torna-se importante sobretudo no eixo formado pelas ruas dos Serralheiros, Nova, largo Dr. Frederico Laranjo e rua da Porta Nova, que hoje apresentam maior fluxo automóvel. Constituindo actualmente uma das entradas e saídas da Vila, para Norte, estas poderiam efectuar-se por outro acesso menos desfavorável, no âmbito de um plano mais alargado de circulação viária e estacionamento automóvel que contemple a totalidade da vila.

A restrição da circulação pretende, pois, dinamizar os percursos pedonais e recuperar o largo para o usufruto público, prevendo-se igualmente o condicionamento do estacionamento em toda a área. Tentando evitar-se a proliferação de veículos em todo e qualquer espaço mais alargado, como hoje existe, o estacionamento na área ficaria condicionado a pequenas bolsas unicamente para residentes, igualmente ponderadas segundo uma análise do problema alargado à restante vila.

Dentro da área em estudo preconiza-se o estacionamento unicamente no largo do Arçário. Fora dela mas nas proximidades, propõe-se como hipótese o cimo das ruas do Mercado e Santa Maria, a estrada de Circunvalação, junto às Termas, o Cipresteiro e o enorme logradouro ao cimo da rua da Judiaria, após passagem deste para o domínio público.

Embora constitua uma acção não tão prioritária ou, pelo menos, de mais difícil execução, as infraestruturas na área necessitam de ser repensadas: as redes de electricidade e telefones, actualmente aéreas devem ser retiradas e enterradas, não só pelo impacto visual negativo como pela segurança urbana que põem em risco; a rede de esgotos, ainda unitária e em manilhas de grés em quase toda a área, deve ser renovada, podendo prever-se, após estudo aprofundado sobre o assunto, nomeadamente da sua exequibilidade a nível geológico, a instalação de uma caleira técnica, que permitisse o agrupamento das águas, esgotos, electricidade, telefones e eventualmente gás e TV Cabo.

## **b) Intervenção nos Espaços Públicos**

A requalificação dos espaços públicos cabe à autarquia e parece-nos ser um ponto fulcral para a inversão do processo de degradação presente. O espaço público é, por excelência, o espaço do convívio social e de afirmação das identidades urbanas, integradores dos vários tecidos e, por ser colectivo, beneficiam todos sem particularizar ninguém.

As intervenções nos espaços públicos possuem um papel pedagógico e fortemente catalisador da reabilitação de todo o conjunto urbano, motivando a intervenção dos particulares e permitindo à população a reapropriação da sua cidade, restituindo-lhe o gosto e a estima pelo seu quadro físico de vida, valores que inevitavelmente se transportam para os espaços privados.

Como espaços públicos prioritários de intervenção destaca-se o largo Dr. Frederico Laranjo que tem potencialidades para se constituir como polo de reabilitação alargada à restante área. Propõe-se a requalificação da pavimentação e iluminação pública, o restauro da fonte e a introdução de mobiliário urbano qualificado a implementar após um adequado estudo de pormenor.

Propõe-se igualmente uma animação cultural cautelosa (que não ameace as formas tradicionais de estar e viver) através de alguns tipos de actividades ao ar livre, nomeadamente: a realização de exposições temporárias e de acções de sensibilização sobre o tema da água e do papel e importância da fonte na estruturação de todo o bairro, ou outras; a eventual instalação de uma função de carácter público no edifício onde a água é captada; as projecções de cinema ao ar livre (como, de resto, já aconteceu em tempos); a sua apropriação para espectáculos de rua e festas de cariz eminentemente populares, como o S. João; ou a instalação de uma esplanada no semi-círculo mais próximo da fonte, ligada a um estabelecimento alojável num dos pisos térreos dos edifícios circundantes.

O largo do Arçário e espaço público até à muralha seiscentista devem ser intervencionados de modo a melhorar a vivência que ainda hoje existe nesta área, contemplando, ao mesmo tempo, a introdução de uma bolsa de estacionamento para residentes, com capacidade para cerca de 10 veículos, podendo eventualmente alargar-se para dentro do logradouro contíguo à muralha. Seria igualmente interessante recuperar, com a libertação do referido logradouro, o

percurso pedonal interno ao longo da muralha até ao castelo, que ainda no século passado se podia percorrer<sup>14</sup>.

Propõe-se também a revitalização da rua da Fonte, enquanto eixo fundamental para a percepção da estruturação do bairro e porque tem sido objecto de degradação e abandono progressivos que é urgente travar. Sugere-se a repavimentação da calçada, actualmente muito incómoda, a reabilitação das casas devolutas para habitação privada, estimulando outros usos no piso térreo, ou mesmo a totalidade de um edifício como unidade hoteleira, já que a área apresenta grandes potencialidades a este nível. É também possível a densificação dos dois logradouros, com construção de raiz, para habitação e actividades culturais, como à frente referiremos.

As ruas Nova e dos Serralheiros necessitam essencialmente de revitalização funcional, pretendendo-se recuperar o importante eixo comercial que sempre aí se estabeleceu. A par da iniciativa camarária de abrir ao público o palacete classificado, devem incentivar-se igualmente o comércio tradicional e a indústria artesanal (já só existe hoje um serralheiro neste eixo).

Os restantes arruamentos e espaços públicos carecem de melhorias como a repavimentação das calçadas, melhor iluminação pública, sinalética e introdução de mobiliário urbano de melhor qualidade.

Seria também da maior importância a realização de um cuidadoso e adequado plano de iluminação pública que destacasse a qualidade urbanística e arquitectónica deste conjunto de interesse patrimonial.

### **c) Melhoria da Qualidade Habitacional**

A promoção da área como uma zona residencial de qualidade deve processar-se através da introdução de novos edifícios de elevada qualidade arquitectónica, afirmando-se como novos referentes e, sobretudo, através da requalificação e reabilitação dos existentes.

Quanto ao primeiro aspecto, os novos edifícios deveriam ser unicamente permitidos nas áreas passíveis de densificar assinaladas (logradouros da rua da Fonte) e na substituição de outros existentes de reconhecida falta de qualidade arquitectónica e valor de conjunto<sup>15</sup>. As novas construções não devem projectar-se com posturas

<sup>14</sup> Veja-se a situação referida na fotografia dos finais do século passado apresentada na figura 4.18.

<sup>15</sup> Estes imóveis encontram-se assinalados na figura 9.1 como imóveis *Sem Valor* e não constituem necessariamente objecto de demolição, aceitando-se, sempre que viável e até preferencialmente, a correcção dos seus elementos dissonantes.



miméticas, mas devem saber respeitar as características próprias do edificado e da sua implantação na zona, como meio para uma boa integração na envolvente.

Nesse sentido importa respeitar: a matriz fundiária que presidiu aos lotes, garantindo o equilíbrio volumétrico e de escala; a dimensão, ritmo e proporção dos vãos, o tipo de cobertura e de revestimentos exteriores, o alinhamento das fachadas e o equilíbrio de cérceas.

Relativamente aos edifícios existentes, a par de medidas regulamentares que condicionem as intervenções a efectuar, é fulcral o desenvolvimento de acções de sensibilização junto da população local para os valores arquitectónicos e construtivos, que este património edificado encerra e potenciar intervenções de qualidade.

A própria autarquia poderia dar o exemplo adquirindo alguns edifícios devolutos na área, reabilitando-os e arrendando-os, promovendo, deste modo a habitação permanente de qualidade no centro histórico, nomeadamente junto de casais jovens como forma de travar a desertificação e a degradação do edificado.

Uma vez que a imposição administrativa de um regulamento ou mesmo um plano de pormenor vinculativo não é suficiente, por si só, para travar o processo vigente de desertificação, degradação e descaracterização, parece-nos que a reabilitação da área (como, de resto, toda a zona mais antiga) só poderá ter alguma exequibilidade se se proceder à sua implementação prática através de uma estrutura camarária montada no terreno (tipo G.T.L.). Conhecedor das reais dificuldades e problemas que afectam a população, este gabinete poderia apoiar e orientar multidisciplinarmente as intervenções particulares e, ao mesmo tempo, levar a cabo iniciativas revitalizadoras para o conjunto, nomeadamente promovendo propostas concretas de actuação.

Importa também referir que, dado o fraco potencial de investimento da população residente, é fundamental a procura de apoios económicos com vista a financiar as acções de reabilitação. A aferição da aplicabilidade dos diversos incentivos comunitários e/ou da constituição de sociedades de capital misto, envolvendo a autarquia, instituições bancárias, entidades privadas ou outras, deveria pois, constituir uma das prioridades do gabinete.

#### **d) Medidas de Regulamentação das Obras Particulares em Edificações Existentes**

Pretende-se limitar a acção descaracterizadora sobre o edificado através de medidas regulamentares das obras a efectuar, quer no que respeita às gravosas

alterações estruturais de que são alvo (demolição de paredes portantes, lajes encastradas, etc.), podendo fragilizar a estabilidade de todo o quarteirão; quer no que respeita ao uso de elementos de carácter mais “móvel” e, portanto, mais reversível, mas que influem grandemente para a descaracterização, como sejam as caixilharias de alumínio anodizado, revestimentos exteriores inadequados, telha marselha, caleiras e tubos de queda, etc..

Deste modo e de uma forma genérica,

- Deveria tornar-se obrigatória
  - a) a preservação de todos os elementos arquitectónicos e construtivos relevantes tais como: as alvenarias de pedra portantes, escadas de granito, cantarias, chaminés e cimalthas tradicionais, socos, cunhais e molduras decorativas e quaisquer outros elementos individuais considerados como de especial valor arquitectónico;
  - b) a preservação dos alinhamentos das fachadas e da regularidade das cêrceas nas ruas mais planas (ruas da Judiaria, Mercado, Arçário e largo Dr. Frederico Laranjo), bem como da sua descida em escada acompanhando o declive do terreno, nos restantes arruamentos;
  - c) a preservação das coberturas em telhado de uma ou duas águas de cumeeira única e paralela à fachada, bem como do seu revestimento em telha de canudo ou canal romano e capa de canudo em alternativa;
  - d) O uso da madeira em portas exteriores, bem como a preservação das ferragens e puxadores tradicionais;
  - e) A preservação da paleta de cores tradicionais e dos rebocos e pinturas exteriores à base de cal;
- Seria admissível
  - a) a introdução de novos vãos para iluminação e ventilação natural, nomeadamente com o recuo da fachada posterior para criar ou alargar um logradouro, em casos devidamente justificados;
  - b) o uso de materiais não tradicionais desde que compatíveis com a base pré-existente e passíveis de reversibilidade, tais como a subtelha, o isolamento térmico da cobertura, os vidros duplos, as estruturas leves para novas compartimentações interiores, etc e o betão armado em casos muito pontuais e devidamente justificados;

- Seria desaconselhado
  - a) o emparcelamento de lotes, à excepção de casos muito limitados e devidamente justificados e desde que se garantisse a melhoria da habitabilidade do conjunto, a manutenção dos elementos estruturais primários (como as paredes meeiras) e a autonomia da composição exterior;
  - c) o alteamento de algumas construções, salvo em casos pontuais, mediante cauteloso estudo de integração no conjunto;
  - b) a aplicação de algerozes e tubos de queda;
  - c) o uso de alumínio termolacados nos vãos de janelas;
  - d) a colocação de instalações acessórias, tais como aparelhos de climatização, condutas de fumo, antenas, etc., só sendo permitida em casos devidamente integrados e nunca nas fachadas para a via pública;
- Deveria considerar-se proibido
  - a) a transformação de portas em janelas na tipologia de raiz medieval;
  - b) a adaptação de pisos térreos a garagens, depósitos ou armazéns;
  - c) a construção de caves, pisos recuados e corpos balançados sobre a via pública;
  - d) a construção ou ampliação nos logradouros, excepto nas *áreas a densificar*;
  - e) a aplicação em revestimentos exteriores de rebocos tipo tirolês, azulejos, mosaicos, rochas ornamentais, pinturas com tintas plásticas, ou outros que não os tradicionais;
  - f) a utilização de ferro ou alumínio anodizado nos vãos, vidros martelados ou decorativos e estores ou portadas exteriores;

### 10.3.2 Revitalização Funcional

Como estratégias de revitalização da área, para além das acções que referimos a propósito da requalificação habitacional, como a promoção de outros usos ao nível térreo em determinadas ruas e a animação do largo Dr. Frederico Laranjo, faz-se também apelo à História como agente potencial de desenvolvimento.



a) Criação de um Museu Polinucleado relacionado com os Judeus e a sua presença na vila<sup>16</sup>

A ideia prende-se com o recurso à história local como factor de revitalização da zona. A polinuclearização de espaços museológicos é, por si só, motor de uma reabilitação que se pretende alargada, uma vez que cria uma série de percursos de ligação entre os núcleos que revitalizam a circulação por toda a zona.

Sendo esta uma área tão rica em termos históricos, inegavelmente ligada à vivência da minoria judaica e cristã-nova, parece-nos fundamental recuperar esses recursos endógenos como agentes de revitalização. Nunca é demais frisar, no entanto, que é prioritária uma investigação histórico-documental sobre a área que permita assegurar o rigor científico nas intervenções a realizar, bem como contribuir para outras realizações a partir de novos dados e hipóteses. Do mesmo modo, também a constituição dos espaços museológicos, nomeadamente no conteúdo informativo, deve recorrer a uma consultoria a especialistas nos vários assuntos relacionados com o tema.

Em primeiro lugar parece-nos urgente a recuperação física do edifício da possível sinagoga e a sua afectação a *museu de sítio - Sinagoga*. Apesar das incertezas quanto à verdade histórica do facto, o imóvel exerce hoje um estatuto simbólico no seio da população e tem potencialidades como espaço cultural público. O conjunto deve contemplar a totalidade do edifício – incluindo-se a metade que é hoje residência - e o outro contíguo, tradicionalmente designado por escola e ser alvo de um estudo de conjunto, que integre, num programa misto, componentes culturais pedagógicas e museológicas.

Sem pretender condicionar o projecto, o espaço que está hoje aberto ao público deveria permanecer vazio, apenas com textos informativos gerais sobre a Sinagoga e o culto judaico, permitindo a livre circulação e a eventual realização de

<sup>16</sup> A ideia já não é nova: em 1989 a Câmara elaborou uma Proposta para a Recuperação da Judiaria de Castelo de Vide, com o objectivo de angariar financiamentos para a revitalização em termos turísticos dessa área, procurando, por um lado, inverter a degradação física geral do edificado e, por outro, reutilizar alguns imóveis para fins culturais e turísticos ligados à presença judaica. O programa, faseado em quatro anos e que acabou por não se realizar, previa a conservação exterior das fachadas nas casas particulares consideradas significativas, tais como: a "casa do rabi", o "forno judaico", a "casa do arçário" e a "casa do primeiro cristão-novo" e a criação, nos imóveis camarários, de um polo museológico na sinagoga, um Centro de Estudos Garcia da Orta na rua da Judiaria e um "atelier" na rua do Mercado [estes dois últimos imóveis, já fora deste contexto, acabaram por sofrer intervenções arquitectónicas desajustadas funcionando, actualmente, como habitações]. Cf. *Proposta para a Recuperação da Judiaria de Castelo de Vide, Intenção de Investimento, 1990-1994*, (texto policopiado), Câmara Municipal de Castelo de Vide, 1989.

A aposta no turismo cultural como meio de desenvolvimento socio-económico local, criando novos postos de trabalho e fixando a população mais jovem parece-nos adequada a esta área que revela enormes potencialidades a esse nível, e por isso a retomamos, com a criação de vários núcleos museológicos, numa perspectiva não meramente "fachadista" como a anterior e com critérios mais rigorosos nas intervenções a efectuar nos imóveis e na mensagem que se pretende difundir da presença judaica na área. É oportuno ainda assinalar que a Vila de Castelo de Vide não possui actualmente nenhum museu, pelo que esta iniciativa constituiria, além disso, uma situação nova a explorar e a oportunidade de dar a conhecer alguns objectos patrimoniais da vila actualmente arquivados.

celebrações litúrgicas em ocasiões especiais, caso se revele viável ou pertinente. No restante conjunto poderia ficar exposto o espólio encontrado nas escavações ainda recentemente feitas no edifício e noutros locais daquela rua, que hoje se encontra catalogado e arquivado, inacessível, portanto, ao público<sup>17</sup>.

A aquisição por parte da autarquia do espaço residencial contíguo a este edifício permitiria uma lógica de funcionamento mais coerente do todo, estabelecendo um percurso continuado de visita que, além das peças expostas, deveria contemplar as necessárias informações (sobre os objectos, a história do próprio edifício e a função que terá desempenhado), salvaguardando-se, evidentemente, todas as dúvidas que sobre o assunto ainda existem.

Os silos encontrados no piso térreo do referido edifício, deveriam igualmente ser valorizados fazendo parte do circuito de visita, bem como o logradouro existente permitindo uma maior riqueza e diversidade espaciais. O espaço ainda não intervencionado arqueologicamente, deveria ser alvo de uma escavação *a priori*, antes mesmo de se definirem os conteúdos programáticos expositivos, como forma de antecipar e aprofundar o conhecimento do edifício.

Outro imóvel susceptível de ser angariado para usufruto público é a habitação da rua da Judiaria, que nos serviu de modelo para a descrição tipológica (processada nos capítulos 5 e 6). Referimo-nos a esta habitação porque se situa na dita rua, não sofreu alterações recentemente e encontra-se devoluta, estando actualmente o município a negociar a sua aquisição; mas poderia ser equacionada outra hipótese, desde que estivesse salvaguardada a sua autenticidade arquitectónica e construtiva.

Pretende-se a constituição de um outro *museu de sítio - Habitação Judaico - cristã* - elucidativo da tipologia habitacional da zona. A casa do cristão ou a casa do judeu em tudo se assemelham e são fruto da vivência comum e integrada de ambas as comunidades e a tipologia habitacional em Castelo de Vide tem características de transição entre a arquitectura popular da Beira e do restante Alentejo.

---

<sup>17</sup> A intervenção prevista para a sinagoga na «*Proposta de Recuperação da Judiaria de Castelo de Vide*», acima referida, inclui também a apresentação pública do espólio, embora não entenda o imóvel na sua totalidade, o que nos parece essencial, tanto do ponto de vista da percepção da unidade do conjunto, como da maior versatilidade funcional que lhe confere.

Segundo informações da Secção de Arqueologia da Câmara Municipal, o espólio recolhido na área apresenta um significativo interesse do ponto de vista da caracterização da população que aí residiu: é assinalável, por exemplo, o número de agulhas, alfinetes e dedais encontrados (recordemos que os castelovidenses eram apelidados de *cardadores*), como também, a presença de loiça de mesa de luxo, vidrada, nomeadamente importada do estrangeiro, como um jarro de faiança alemã do tipo «*Homem Barbudo*», do segundo quartel do século XVI (figuras 10.4 a 10.12).

Estes dois tipos de informação podem ser divulgados neste núcleo museológico, explicando-se, por um lado, a vivência do espaço habitacional judaico-cristão de raiz medieval e por outro, fazendo-se apelo à compreensão da especificidade desse mesmo espaço, na sua componente arquitectónica e construtiva. Para tal, é apenas necessária a livre circulação pela casa (com a opcional encenação através de peças de uso doméstico e mobiliário) e a informação sobre os espaços e o seu uso – loja, alcova, cozinha, etc.- bem como os elementos arquitectónicos e construtivos que os constituem – estruturação bipartida, portas larga e estreita, escada de tiro, fumeiro, alvenarias de pedra, cantarias de granito, portas de travessa à cola, etc.- e que serão depois reconhecidos nas restantes habitações pela vila, numa importante acção de sensibilização para a valorização do património construído.

Na rua do Mestre Jorge o edifício do forno comunitário pode também ele constituir um *museu de sítio* – *Forno Judaico*. Trata-se de um forno que apenas ocupa o piso térreo de um imóvel (que não tem ligação funcional com o restante edifício) e que alguma tradição oral apelidou de judaico. Este polo museológico podia responder à divulgação das restrições alimentares da tradição judaica e, posteriormente, da sua adaptação pela comunidade cristã-nova<sup>18</sup>. Seria também interessante a possibilidade de retomar a actividade do forno comunitário em ocasiões determinadas e a comercialização dos produtos (pão, bolo da massa e, porque não, pão ázimo?).

Do mesmo modo, poderia situar-se na rua Diogo Belo (um dos familiares do Santo Ofício no séc. XVIII), um *museu de sítio* – *Comunidade Cristã-Nova*. Nesse sentido sugere-se a sua localização num dos imóveis deste arruamento, podendo ser equacionadas outras hipóteses. Este núcleo teria como objectivo específico a divulgação desta nova comunidade cristã de Castelo de Vide que, à semelhança da judaica, merece igualmente um estudo mais aprofundado. Que peso tinha este grupo social no conjunto da vila e da sua economia, que rotas de fuga empreendeu, que expressão adquiriu o cripto-judaísmo, que papel desempenhou o

<sup>18</sup> «A pedra fundamental do lar cripto-judeu era a mãe de família, que representava a transmissão dos valores da tradição (...) tendo em conta a exclusão de determinados alimentos, tais como o porco, a lebre o coelho, a perdiz – versão peninsular da carne trífá, impura. O cação e todos os peixes sem escamas pertenciam ao número das comidas proibidas, o mesmo acontecendo com o marisco. Como lhe estava vedado utilizar a banha de porco com que nos lares cristãos preparavam os fritos, utilizava o azeite quando cozinhava esses alimentos, disfarçando depois o aroma da gordura vegetal ainda quente, capaz de denunciar um lar cripto-judaico, queimando palhas-althas, ou ervas de perfumes fortes.» Maria Benedita Araújo, «Família e Grupo Social no Cripto-judaísmo Português» in *Oceanos, Diáspora e Expansão, Os Judeus e os Descobrimentos Portugueses*, nº29, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Jan.-Mar. 1997, p.49.

Santo Ofício? Estas são apenas algumas das muitas questões cuja enunciação e procura de respostas poderiam constituir o tema central deste núcleo.

Por fim, não sendo uma ideia nova, parece-nos que a criação na área de um centro de estudos judaicos continua a fazer sentido, a que apenas alteraríamos a designação para *Centro de Estudos Judaicos e Cristãos-Novos*<sup>19</sup>.

Pretende-se essencialmente a introdução de um espaço de investigação e divulgação sobre ambas as comunidades, podendo ser constituído por uma biblioteca/arquivo iconográfico/fonoteca especializada no tema e um espaço de consulta pública. Não faria sentido neste polo restringir a informação disponível à vila de Castelo de Vide, tanto mais que esta é reduzida, mas deveria contemplar-se toda a região raiana, de um e outro lado da fronteira (lembramos que ao longo da História, antes e após a expulsão dos judeus, houve sempre entre as duas comunidades uma mobilidade e um contacto muito significativo). A intenção seria igualmente promover a investigação do tema judaico e cristão-novo, nas suas mais variadas áreas (gastronomia, música, cultura, tradição, etc.) quer na vertente histórica, de trazer à superfície o passado da comunidade, quer numa componente mais dinâmica, sociológica, de perceber os resquícios desse passado na comunidade actual.<sup>20</sup>

O edifício que recebesse este centro de estudos deveria prever a possibilidade de albergar temporariamente investigadores, contando com um pequeno espaço residencial para esse efeito. Num âmbito mais alargado poderia até albergar um núcleo expositivo permanente de características mais gerais, exposições temporárias e itinerantes, um pequeno auditório, um bar, uma loja, etc.<sup>21</sup>. A sua localização na área podia contemplar, dependendo do objectivo e dimensões, edifícios já existentes, ou ocupar com construção de raiz, o logradouro da rua da Fonte, abrangendo também a habitação com a ranhura da *mezuzah*, hoje arruinada.

#### **b) Iniciativas no âmbito da arqueologia urbana**

A área na continuação da rua da Judiaria e até às muralhas seiscentistas, designada como *área de potencial arqueológico*, apresenta-se há muito como

<sup>19</sup> Dado que existe um Centro de Estudos Judaicos com sede na cidade de Tomar seria importante estudar a viabilidade de constituir em Castelo de Vide um núcleo dele dependente.

<sup>20</sup> Veja-se como exemplo a investigação levada a cabo por Judith Cohen, no âmbito da música sefardita e sua expressão nas comunidades actuais ao longo da raia portuguesa, já com vários CD's comercializados.

<sup>21</sup> Recorde-se que não há em Portugal qualquer museu sobre a comunidade judaica, que divulgue a sua história, tradições, arte e cultura, como existem, por exemplo, o Museu Sefardí em Toledo ou o Museu Histórico Hebraico em Amsterdão.



logradouro. Os levantamentos efectuados nas habitações sugeriram-nos a possibilidade de aí ter havido mais construções na época medieval, tanto mais que a distância da rua da Judiaria ao castelo é considerável; construções essas que terão sido absorvidas posteriormente com a construção da nova linha defensiva. Uma prospecção arqueológica no local poderia confirmar se tal facto aconteceu na realidade, justificando a eventual viabilidade de uma intervenção mais alargada.

O facto da Judiaria se situar tão próxima constitui ainda um factor atractivo para um conhecimento mais alargado sobre a presença judaica na vila, com a potencial possibilidade de descoberta de mais vestígios dessa época, tais como objectos ou estruturas construídas.

O encontro com a História, permite descobrir novos olhares, novos fascínios sobre uma zona que teima em revelar-se subtilmente e pouco a pouco. O desvendar de mais uma parte do seu passado, o levantar do véu sobre outras vidas, de diferenciadas vivências, fomenta ao mesmo tempo a capacidade de enraizamento e identidade da população local.

Facilitada pelo facto da Câmara Municipal manter em funcionamento uma Secção de Arqueologia dela dependente, parece-nos ser a investigação da zona proposta uma acção fundamental para o aprofundamento e compreensão da história local, capaz de motivar novas sinergias.

Em última análise e caso o que fosse revelado não justificasse grande interesse, deveria este logradouro ser ganho para o domínio público, enquanto adequada e bem projectada zona verde que assegurasse um apropriado enquadramento, assim como algumas possibilidades de estacionamento para residentes.

Designaram-se igualmente como áreas de potencial arqueológico os dois logradouros da rua da Fonte, que em tempos terão certamente sido construídos e que consideramos áreas susceptíveis de utilização para nova construção, mas cuja prospecção arqueológica deve ser empreendida previamente.

### **c) Outros edificios de usufruto público**

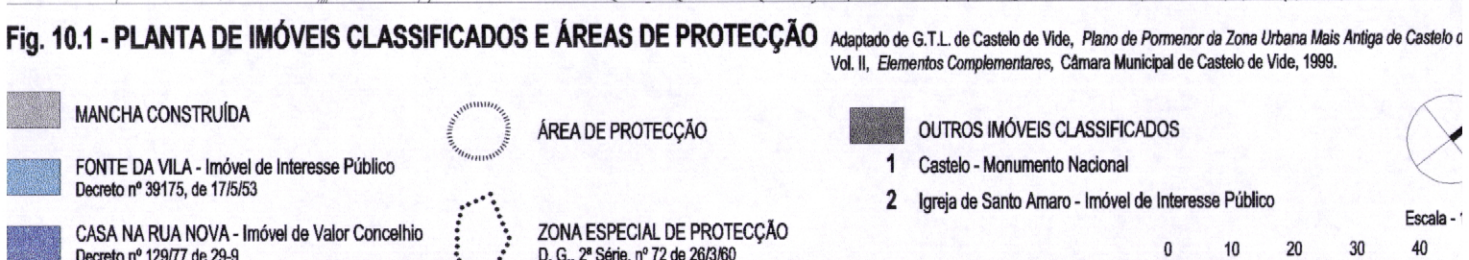
Para a revitalização da zona pode ser importante o restauro e conservação de alguns edificios de carácter singular, hoje devolutos e cuja reutilização não passa nem pela adaptação a residência nem necessariamente pela sua afectação a lógicas culturais, nomeadamente ligadas à presença judaica. Referimo-nos ao palacete da rua Nova, ao antigo forno comunitário na rua do Mercado e ao edificio das Termas (muito próximo da área que este estudo abarca e com ela relacionado).

Relativamente ao palacete da rua Nova, uma edificação do séc. XVII/XVIII, propriedade da autarquia, está já prevista a sua utilização como casa das várias “almas castelovidenses”, com núcleos museológicos sobre Salgueiro Maia (já inaugurado), Mouzinho da Silveira, Garcia da Orta, entre outros. Estas atribuições coadunam-se com a actual composição espacial, já que ao núcleo inicial foram agregados lateral e posteriormente novos corpos diferenciados, formando o todo actual. No piso térreo prevê-se um espaço de venda de artesanato local, já que a rua Nova é um dos eixos preferencialmente percorridos pelos turistas.

O antigo forno comunitário, de propriedade privada, é por excelência um espaço com vocação pública. Dada a singularidade e generosidade do espaço interior, a surpresa do seu pé-direito e a manutenção integral do forno e da chaminé, não deve ser aqui permitida a destruição ou alteração de qualquer destas permanências, que representam, sem dúvida, um valor patrimonial único. A reafecção do espaço não deve por isso albergar uma função residencial, mas sim uma função de carácter eminentemente público: café, bar, loja, galeria de arte, etc. serão alguns dos usos possíveis.

Por fim, referimos o edifício das Termas, desactivadas já nesta década por decréscimo da qualidade da água e cuja reabertura ao público, que é um desejo expresso de grande parte da população, constituiria não só um polo de desenvolvimento para a área, como para a totalidade da vila. Ainda que a sua função original não possa ser retomada, pensamos que este é um imóvel que deverá albergar também uma função não habitacional, mas antes um equipamento de vocação pública. Poderia, por exemplo, acolher um centro de dia, uma vez que se trata de um equipamento que faz falta na vila e que a população refere constantemente como uma carência sentida por todos; localização que teria vantagens por situar-se numa zona antiga e pelas relações afectivas e simbólicas que se podem estabelecer entre utentes e vizinhança, numa compatibilização programática que parece não só possível como incentivada pela morfologia da pré-existência.

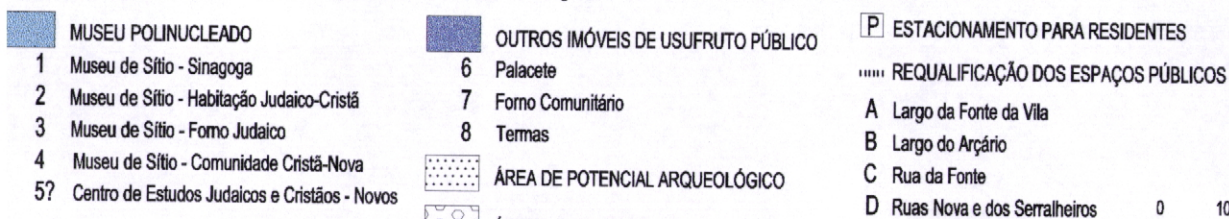








**Fig. 10.2 - PLANTA DE ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO**











## ALGUNS VALORES A PRESERVAR

(fotos da autora)

Fig. 10.3 - Valores históricos, sócio-culturais, de usos, urbanos e arquitectónicos.









## ALGUM ESPÓLIO ENCONTRADO NA RUA DA JUDIARIA

(fotos da Secção de Arqueologia da C.M.C.V.)

Fig. 10.4 - Jarro de faiança alemã do tipo «Homem Barbudo» proveniente da Alemanha (séc. XVI) - rua da Judiaria nº 1 e 3.

Fig. 10.5 e 10.6 - 1/2 real de D. João I (frente e verso) - sinagoga.

Fig. 10.7 e 10.8 - Ceitil de D. Afonso V (frente e verso) - sinagoga.

Fig. 10.9 e 10.11 - Três pratos e duas tigelas em cerâmica vidrada de cor branca e azul e escudela - sinagoga.

Fig. 10.10 - Fivela, carimbo em forma de coelho, passador em T e fivela - sinagoga.

Fig. 10.12 - Cabeça antropomórfica, crucifixo, medalhas com imagens religiosas católicas e imagem religiosa em cerâmica - sinagoga.





## CONCLUSÕES

Um núcleo urbano histórico é, em si mesmo, um complexo objecto de estudo, dadas as múltiplas vertentes que este deve abordar: da caracterização do objecto nas suas componentes histórica, urbana, arquitectónica e construtiva às mais recentes transformações que tem vindo a sofrer das quais, no seu conjunto, resulta hoje o seu quadro físico, social, ambiental, económico e cultural.

Quando, ao núcleo urbano, se acresce uma tão forte componente histórica, de uma história ainda por escrever um pouco por todo o país, de uma história que nos é incómoda (nas palavras de António Hespanha), o objecto torna-se tão mais difícil quanto fascinante.

O estudo da Judiaria de Castelo de Vide ultrapassou claramente o simples âmbito histórico (que não era sequer nosso propósito), extravasando para o terreno, na procura de uma verdade que, omissa pela documentação escrita, pudesse ser revelada pelas formas, pelas gentes e pelas culturas que construíram, habitaram e transformaram este espaço urbano.

Nestas ruas, nestas casas, nestas cantarias, ficou marcada a história de um povo em diáspora, cujas manifestações arquitectónicas e urbanas, em qualquer ponto onde se estabeleceu, sempre constituíram o reflexo da comunidade onde se inseriu. A diferença consistia no Judaísmo (e depois, também, no Marranismo) enquanto forma de vida, marcando os ritos quotidianos de uma comunidade que, na sua expressão material, se integrou perfeitamente na sociedade cristã maioritária.

Assim aconteceu em Castelo de Vide onde a Judiaria, na sua difícil delimitação, é parte integrante de um todo urbano medieval coeso, povoado por arquitecturas similares e edificado com idênticos materiais e técnicas construtivas.

O estudo aprofundado da edificação que conforma o espaço urbano permitiu revelar que é íntima a comunhão que se estabeleceu entre ambos, observada a várias escalas: nas relações quarteirão/malha urbana, lote/quarteirão e sistema construtivo/lote.

Apesar da organicidade que caracteriza o espaço urbano medieval, fruto da lenta implantação das formas urbanas, a sua produção nada tem de caótico. O quarteirão, como unidade operativa de (con)formação da cidade tradicional, revela a sua adequação e integração no todo urbano, segundo uma lógica estruturada por



diversos elementos condicionantes como o relevo, a fonte ou o castelo e as muralhas.

Do mesmo modo, cada parcela, cada construção, faz parte inequívoca do quarteirão onde se insere, aspecto fulcral para o entendimento dos processos de ocupação urbana. O alinhamento de todas as paredes portantes e a sua continuidade através dos lotes, a constante interdependência entre estes, mesmo quando assumem geometrias mais irregulares, decorrem sem dúvida de exigências construtivas, revelando o quão em conjunto “trabalham” estas construções, não devendo ser entendidas isolada e autonomamente.

Do mesmo modo ainda, as características dos materiais de construção e a prática secular de edificar com eles, conhecendo e tirando o melhor partido das suas potencialidades e limitações, traduziram-se em formas arquitectónicas próprias e específicas, que asseguraram, ao longo do tempo, a continuidade e a sobrevivência duma comunidade.

As arquitecturas *pobres*, enquanto resposta primária (mas não primitiva) ao enraizamento do Homem e à continuidade das suas funções vitais, nos seus domínios material e simbólico, contêm em si essa autenticidade que, ameaçada já hoje pela artificial uniformização das culturas e dos territórios, cada vez mais queremos preservar.

É este um tecido físico de inegável coerência tipológica, manifestada pela regularidade dos lotes traduzida por arquitecturas correntes, permitindo uma clara leitura do seu processo evolutivo, expressa nas pequenas variantes de um formulário arquitectónico e decorativo, na densificação horizontal e vertical que marcou períodos de crescimento ou na rarefacção do tecido resultante de regressões ou rupturas históricas.

A evolução mais recente tem, contudo, assumido contornos menos pacíficos: a síndrome da destruição patrimonial dá-se a conhecer através de sintomas claramente patentes na totalidade da vila antiga, entre os quais, a desertificação, a degradação e a descaracterização física e social.

A apelativa imagem mental que, geralmente, se possui desta vila, faz quase parecer exagero aquilo que só um olhar mais atento permite ver. Sob o perverso pretexto da melhoria da qualidade de vida, construíram-se novos bairros, esvaziando-se os antigos; abandonaram-se aos turistas espaços fulcrais do convívio e enraizamento sociais, como o largo da Fonte da Vila; e tornou-se

corrente a introdução de materiais de construção actuais e desadequados, como o betão armado, em obras executadas sobre edifícios antigos, defendendo-se uma perversão, ou seja o fachadismo, como paradigma de projecto patrimonial.

A assimilação dos valores do progresso versus tradição não deixa de suscitar profundas contradições no seio da população local e o crescimento exponencial da nossa capacidade transformadora e de (inadequadas) intervenções no construído faz prever o pior...

No entanto, a identidade socio-cultural da população assume ainda alguma visibilidade, exprimindo-se no quotidiano de um modo de vida tradicional, na forte relação afectiva e no sentimento de pertença relativamente ao espaço urbano que habita. A *alma* de Castelo de Vide é ainda dos maiores valores que a vila possui.

Decorridos cinco séculos sobre a expulsão dos Judeus, além dos vestígios físicos específicos da sua presença (poucos) que a inexorável limpeza inquisitorial não apagou, importam também as histórias de tradição oral que, de origem mais ou menos recente, se mantêm vivas; e, sobretudo, as práticas milenares que, transmitidas de geração em geração, não sem algum sincretismo e até, de certa forma, inconscientemente, sobreviveram. A autenticidade (essa eterna busca da verdade) da vila de Castelo de Vide é, também, a *memória* da sua comunidade.

A conservação deste núcleo urbano passa, por isso e antes de mais, por estimular a sua compreensão e a interiorização da totalidade dos valores que encerra, por parte da comunidade que o habita. A defesa do património passa aqui e sempre por afectividades: só se protege o que se gosta e só se gosta do que se conhece.

O conhecimento aprofundado deste conjunto urbano permitiu revelar valores e anomalias chamando a atenção para os processos de transformação em curso, que estão a pôr em risco a continuidade deste património urbano. A definição de estratégias de intervenção na área, objectivo último deste trabalho, pretende, por isso, contribuir para corrigir as suas principais anomalias e potenciar os seus valores (tangíveis e intangíveis), orientando-se segundo dois vectores fundamentais e complementares: a requalificação habitacional e a revitalização funcional, numa acção que se pretendeu integradora da conservação física e da reabilitação socio-económica e à qual está subjacente a contínua sensibilização para o património.

Tornou-se clara a urgência de uma adequada intervenção nos espaços públicos, que dado o carácter colectivo que os caracteriza a todos beneficia, como meio de

induzir o próprio processo de reabilitação às habitações particulares. Constituem igualmente medidas concretas de actuação a empreender a orientação das obras no edificado promovendo a melhoria da qualidade habitacional, quer em edifícios novos, quer nos existentes, o recurso a programas financeiros de reabilitação e o apoio à população local, preferencialmente promovidos por um gabinete camarário, já que a imposição administrativa de um plano ou de regulamentos, por si só, não se revela suficientemente eficaz.

A polinuclearização museológica relacionada com a presença dos judeus e cristãos-novos na vila, constitui, por seu lado, um meio de revitalizar todo este conjunto urbano. O apelo à História, também com o incentivo da arqueologia urbana, torna mais sólidas as ligações afectivas do Homem com o espaço urbano ao qual pertence, acção fundamental para fortalecer a estima por este património que é também o seu. Dar a conhecer esta realidade mais longínqua é partilhar essa viagem emocional a um Passado teimosamente sedutor, porque nunca completamente revelado.

Num momento de reflexão sobre temas que são, cada vez mais, alvo de uma actualidade e interesse generalizados, outras perspectivas se abrem privilegiando a necessidade de actuação de outras áreas do conhecimento: o fomento da história local, na investigação e divulgação das comunidades judaica e cristãs (nova e velha) que aí habitaram no passado, através, por exemplo, do estudo dos materiais arqueológicos encontrados ou, numa vertente mais antropológica, na compreensão do papel desempenhado por esse passado na construção da expressão identitária e cultural da comunidade actual.

Ou ainda, num âmbito mais alargado, a investigação de outras judiarias nos seus aspectos urbanísticos, arquitectónicos e construtivos, permitindo confrontar, equacionar e avançar mais um passo no conhecimento do contributo dado por esta comunidade na construção das nossas cidades.



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**



## FONTES MANUSCRITAS

A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 14; liv. 18.

A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 31.

A.N.T.T., *Inquisição de Évora*, n<sup>os</sup> 5998, 7467, 8543.

Arquivo da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, *Processos de Obras referentes a Castelo de Vide*.

Biblioteca Municipal de Castelo de Vide, *Tombo do Concelho da Vila de Castello de Vide*, que mandou copiar o Dr. Francisco José Freire de Macedo, do Dezembargo de Sua Alteza Real, seu Corregedor, Juiz de Fora e Auditor, depois de ser por ele lido e escrito de letra antiga, e cega. (traslado de 1807).

Arquivo da Câmara Municipal de Castelo de Vide, *Processos de Obras referentes a*

Rua e Largo do Arçário, Arsário ou Arreçário, n<sup>os</sup> 128/0/952; 36-0/953; 50-0/953; 59-0/953; 19-0/955; 90-0/955; 44-0/957; 33/0/960; 56/0/960; 151/0/961; 153/0/962; 133/0/1963; 16/0/1963; 68/0/1964; 86/0/65; 161/0/67; 90/0/1967; 44/0/68; 49/0/68; 8/0/68; 121/0/69; 123/0/69; 72/0/69; 75/0/69; 90/0/1969; 104/0/71; 18/6/73; 6/106/73; 6/106/73; 6/73/112; 62/0/73; 46/77; 65/77; 33/78; 17/79; 11/80; 25/82; 39/86; 102/89.

Rua Cega, n<sup>os</sup> 17/0/1950; 42-0/955; 86/0/958.

Rua Diogo Belo, n<sup>os</sup> 70/0/1950; 69/0/52; 148-0/953; 65-0/953; 118-0/955; 19/0/958; 58/0/958; 87/0/960; 14/0/961; 33/0/961; 69/0/961; 112/0/1964; 190/0/1964; 199/0/1964; 15/0/65; 102/0/966; 168/0/966; 181/0/966; 80/0/966; 89/0/966; 186/0/67; 95/0/67; 24/0/68; 47/0/69; 116/0/74; 11/79; 46/82; 66/83; 16/85; 19/93; 37/93; 23/96.

Rua Dr. José António Serrano, n<sup>os</sup> 21/0/952; 55-0/955; 158-0/56; 87-0/957; 4/0/1959; 52/0/1959; 118/0/960; 62/0/960; 91/0/960; 131/0/961; 18/0/961; 86/0/961; 94/0/961; 96/0/961; 162/0/962; 61/0/1964; 62/0/1964; 79/0/1964; 22/0/65; 51/0/966; 114/0/67; 17/0/67; 17/0/967; 38/0/68; 51/0/69; 17/0/73; 42/0/73; 74/0/73; 39/0/74; 14/76; 24/76; 9/76; 53/78; 88/78; 24/81; 25/83; 46/83; 74/84; 33/85; 12/91; 92/91; 46/92.

Largo Dr. José Frederico Laranjo ou Largo da Fonte, n<sup>os</sup> 87/0/1951; 121/0/52; 143/0/52; 93/0/52; 95/0/52; 15-0/953; 118-0/954; 19-0/954; 30-0/954; 3-0/955; 15-0/957; 67/0/1958; 100/0/960; 129/0/960; 141/0/960; 25/0/960; 36/0/960; 11/0/961; 5/0/961; 79/0/961; 8/0/961; 8/0/961; 46/0/962; 87/0/962; 112/0/1963; 45/0/1963; 27/0/1964; 13/0/65; 183/0/966; 40/0/966; 46/0/966; 64/0/966; 60/0/67; 6/0/68; 86/0/68; 8/0/69; 52/0/70; 36/75; 29/77; 18/85; 43/89; 5/89; 99/89; 105/96.

Rua da Fonte, n<sup>os</sup> 78/0/1951; 83/0/52; 118-0/956; 139-0/56; 140-0/956; 43-0/956; 66-0/956; 30/0/1959; 46/0/1959; 119/0/960; 77/0/960; 176/0/961; 135/0/962; 126/0/1963; 15/0/1963; 31/0/1963; 37/0/1963; 110/0/1964; 192/0/1964; 32/0/65; 159/0/966; 161/0/966; 147/0/67; 147/0/967; 151/0/67; 178/0/67; 21/0/67; 50/0/1967; 50/0/67; 74/0/967; 74/0/67; 103/0/68; 14/0/68; 9/0/70; 14/0/71; 63/0/73; 11/0/74; 11/0/74; 125/0/74; 94/75; 87/76; 89/76; 38/77; 69/81; 22/83; 32/83; 67/84; 12/85; 1/86; 11/86; 13/86; 59/86; 79/86; 71/87; 48/88; 64/90; 87/91; 90/96.

Rua, Ruinha e Travessa da Judiaria, n<sup>os</sup> 118/0/1951; 12/0/52; 134/0/52; 163/0/52; 185/0/52; 32-0/954; 159/0/961; 2/0/961; 113/0/962; 139/0/962; 157/0/962; 174/0/1964; 94/0/65; 149/0/966; 178/0/966; 187/0/966; 187/0/966; 33/0/966; 37/0/966; 134/0/67; 137/0/67; 139/0/67; 3/0/67; 33/0/67; 68/0/67; 72/0/68; 63/0/69; 63/0/69; 26/0/70; 76/0/70; 83/0/70; 106/0/74; 109/0/74; 47/75; 3/77; 83/77; 71/78; 29/79; 47/79; 41/82; 28/84; 36/84; 4/84; 59/84; 28/87; 103/90; 84/90; 28/94; 62/94.

Rua e Travessa do Mestre Jorge, n<sup>os</sup> 45/0/1950; 105/0/52; 199/0/52; 116-0/955; 154-0/955; 61-0/955; 14-0/956; 57-0/956; 65-0/956; 121/0/1959; 16/0/1959; 66/0/1959; 130/0/960; 162/0/961; 184/0/961; 25/0/961; 123/0/962; 138/0/962; 29/0/1963; 78/0/1963; 14/0/1964; 65/0/1964; 21/0/65; 27/0/65; 66/0/65; 93/0/65; 99/0/65; 112/0/966; 123/0/966; 66/0/966; 71/0/966; 84/0/966; 91/0/966; 15/0/1967; 15/0/67; 18/0/67; 65/0/67; 98/0/67; 57/0/68; 90/0/68; 96/0/68; 85/0/69; 20/0/70; 33/0/70; 52/0/72; 6/79/73; 101/0/74; 64/0/74; 80/0/74; 48/75; 11/76; 16/77; 30/77; 81/77; 35/78; 48/78; 55/78; 55/78; 41/79; 52/79; 29/80; 36/81; 36/81; 45/82; 4/83; 61/85; 17/87; 27/87; 80/87; 29/88; 102/90; 36/90; 117/91; 14/91; 32/91; 14/91; 52/94; 65/98.

Rua do Mercado, n<sup>os</sup> 23/0/1950; 48/0/1950; 56/0/50; 105/0/51; 11/0/952; 124/0/952; 130/0/952; 144/0/952; 154/0/952; 48/0/952; 100-0/953; 104-0/953; 20-0/953; 21-0/953; 5-0/953; 69-0/953; 100-0/954; 123-0/955; 146-0/955; 148-0/955; 52-0/955; 108-0/956; 113-0/956; 159-0/956; 162-0/956; 173-0/956; 18-0/956; 103-0/957; 66-



0/957; 70-0/957; 59/0/958; 96/0/958; 111/0/1959; 117/0/1959; 59/0/1959; 77/0/1959; 110/0/1960; 28/0/1960; 5/0/1960; 69/0/1960; 92/0/1960; 114/0/1961; 180/0/1961; 23/0/1961; 35/0/1961; 75/0/1961; 89/0/1961; 120/0/1962; 126/0/1962; 129/0/1962; 82/0/1962; 159/0/1963; 35/0/1963; 86/0/1963; 150/0/1964; 184/0/1964; 184/0/1964; 194/0/1964; 202/0/1964; 202/0/1964; 36/0/1964; 94/0/1964; 95/0/1964; 113/0/65; 50/0/65; 88/0/65; 114/0/1966; 116/0/1966; 141/0/1966; 10/0/1967; 10/0/67; 5/0/67; 57/0/67; 75/0/67; 10/0/68; 12/0/68; 15/0/68; 38/0/68; 99/0/68; 99/0/68; 101/0/69; 12/0/69; 23/0/69; 34/0/69; 41/0/69; 73/0/69; 82/0/69; 84/0/69; 29/0/70; 66/0/70; 33/0/72; 71/0/72; 3/73/6; 5/6/73; 60/0/73; 75/0/73; 30/0/74; 45/0/74; 53/0/74; 76/75; 79/75; 16/76; 17/76; 89/76; 89/76; 24/77; 33/77; 10/78; 75/78; 45/79; 1/80; 59/81; 59/81; 57/83; 70/83; 78/83; 83/84; 13/85; 12/86; 48/86; 11/87; 22/87; 42/87; 75/87; 25/88; 41/89; 81/89; 144/90; 30/90; 107/91; 130/91; 16/92; 22/92; 92/92; 43/93; 53/93; 53/94; 1/95; 67/95; 53/97; 77/97.

Rua Nova, nº 49/0/50; 49/0-50; 100/0/1951; 117/0/1951; 65/0/1951; 69/0/1951; 79/0/1951; 101/0/52; 192/0/952; 102-0/953; 43-0/953; 48-0/953; 77-0/953; 79-0/953; 98-0/953; 33-0/954; 6-0/954; 31-0/955; 143-0/956; 152-0/56; 89-0/956; 105-0/957; 4/0/958; 123/0/1959; 29/0/1959; 39/0/1959; 86/0/1959; 61/0/1960; 183/0/1961; 110/0/1962; 45/0/1962; 48/0/1962; 93/0/1962; 139/0/1963; 165/0/1963; 165/0/1963; 128/0/1964; 128/0/1964; 126/0/65; 55/0/65; 69/0/65; 7/0/65; 7/0/65; 87/0/65; 115/0/1966; 174/0/1966; 44/0/1966; 184/0/67; 4/0/67; 59/0/1967; 59/0/67; 33/0/68; 43/0/68; 79/0/68; 8/0/70; 107/0/74; 119/0/74; 59/0/74; 22/77; 23/79; 25/79; 85/83; 85/83; 34/89; 77/90; 19/91; 26/96; 76/96.

Rua dos Serralheiros, nº 74/0/1950; 57/0/51; 146/0/52; 125-0/956; 76-0/956; 112/0/958; 29/0/958; 64/0/1950; 127/0/1961; 165/0/1961; 73/0/1962; 113/0/1964; 208/0/1964; 44/0/1964; 9/0/1964; 26/0/65; 80/0/65; 119/0/67; 71/0/68; 4/0/70; 60/75; 135/91; 41/91.

## FONTES IMPRESSAS

*Chancelaria de D. Pedro I (1397-1367)*, edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Inst. Nac. Invest. Científica, Lisboa, 1984.

Diário do Governo 2ª série, nº 72 de 26/3/60.

Instituto Nacional de Estatística, *CENSOS 91, XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Alentejo*, Direcção Regional do Alentejo, Outubro 1993.

DECRETO-LEI nº 794/76, 5 de Novembro; 862/76, 22 de Dezembro; 197/92, 22 de Setembro; 104/96, 31 de Julho; 105/96, 31 de Julho; 105/96, 31 de Julho;

LEI 13/85, 6 de Julho.

## CARTOGRAFIA

JACOB, Miguel Luiz, *Planta da Praça de Castello de Vide*, Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar, 1755, (3642/I).

FOLQUE, Pedro, *Planta da Praça de Castello de Vide e seus Arredores*, Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar, 1818, (3644/I).

FOLQUE, Pedro, *Planta e Perfis da Praça de Castello de Vide*, 1818, Arquivo Militar, (3ª/47ª/18.381).

FOLQUE, Pedro, *Planta da Praça de Castello de Vide*, Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar, 1835, (3641/I).

*Carta Militar de Portugal*, Folha 355, Série M888, Edição 3, Serviço Cartográfico do Exército Português.

Fotografia Aérea, Instituto Geográfico e Cadastral.

## BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, José, «Algumas Experiências de Conservação e Reabilitação do Património Urbano Português» in Universidad Complutense de Madrid, *Urbanismo Y Conjuntos Históricos, Cursos de Verano 1995*, U.C.M., Ronda, 1995.
- AGUIAR, José, «Conservação do Património Urbano em Portugal» in *II Congresso Histórico de Guimarães, D. Afonso Henriques e a sua Época*, 24 -27 de Outubro, Guimarães, 1996.
- AGUIAR, José, *Estudos Cromáticos nas Intervenções de Conservação em Centros Históricos* (dissertação policopiada para obtenção do grau de Doutor), Universidade de Évora, Évora, 1999.
- AGUIAR, J.; CABRITA, A.; APPLETON, J., *Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios*, 2 vols., L. N. E. C., Lisboa, 1993.
- AGUIAR, J.; CABRITA, A.; PAIVA, J., «Conservação e Reabilitação do Património Edificado – Evolução das Necessidades e Qualificações Profissionais», Seminário *Profissões do Futuro*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Póvoa do Varzim, 1992.
- AGUIAR, José, v. CABRITA, António Reis.
- ALHO, Carlos, v. CABRITA, Reis.
- ALMEIDA, Carlos Ferreira de, «Muralhas Romanas e Cercas Góticas de Algumas Cidades do Centro e Norte de Portugal. A sua Lição para a Dinâmica Urbana de Então» in *Ciclo de Conferências Cidades e História*, Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Belas Artes, 1987.
- ALVES, Francisco Manuel, *Os Judeus no Distrito de Bragança, Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, tomo V, Ed. da Junta Distrital de Bragança, 1977.
- AMZALAK, Moses Bensabat, *Revista de Estudos Hebraicos*, vol. I, Instituto de Estudos Hebraicos de Portugal, Lisboa, 1928.
- ANDRADE, Amélia Aguiar, «Conhecer e Nomear: A Toponímia das Cidades Medievais Portuguesas» in *A Cidade*, nº58, Universidade Aberta, Lisboa.
- APPLETON, J., v. AGUIAR, J..
- APPLETON, J., v. CABRITA, António Reis
- ARAÚJO, Maria Benedita, «Família e Grupo Social no Cripto-judaísmo Português» in *Oceanos, Diáspora e Expansão, Os Judeus e os Descobrimentos Portugueses*, nº29, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Jan.-Mar. 1997
- Arquitectura Popular em Portugal*, vol. III, 3ªed., Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.
- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ESTUDOS JUDAICOS, *Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1994.
- AYMONINO, Carlo; ROSSI, Aldo; CRISTOFOLLI, C., *Rapporti Tra la Morfologia Urbana e la Tipologia Edilizia*, Edit. Leonardo da Vinci, Bari, 1967.
- AZEVEDO, Lúcio, *História dos Cristãos-novos Portugueses*, 2ª ed., Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1921.
- BACHMANN, Graça, «A Arquitectura das Sinagogas» in *Os Judeus Portugueses entre os Descobrimentos e a Diáspora*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1994
- BALESTEROS, Carmen, «Marcas de Filactérias nas Portas da Judiaria de Castelo de Vide» in *Revista Aquila*, nº 1, Parque Natural da Serra de São Mamede, 1993.
- BALESTEROS, Carmen, «A Sinagoga Medieval de Évora» in *A Cidade de Évora, Revista de Cultura da Câmara Municipal*, nº 1, 2ª série, C. M. de Évora, 1994-1995.

BALESTEROS, Carmen, «Marcas de Simbologia Religiosa Judaica e Cristã» in *Callipole*, nº 3-4, 1995-1996.

BALESTEROS, Carmen, *Marcas de Simbologia Judaica e Cristã, para um Levantamento em Povoações da Raia Espanhola e Portuguesa*, Sep. de Ibn Maruán, *Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 6, C. M. Marvão, 1996.

BALESTEROS, Carmen, *Marcas de Simbologia Judaica e Cristã em Ombreiras de Porta*, Sep. de Ibn Maruán, *Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 7, C. M. Marvão, 1997.

BALESTEROS, Carmen; OLIVEIRA, Jorge, *A Judiaria e a Sinagoga de Castelo de Vide*, Sep. de Ibn Maruán, *Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 3, C.M. Marvão, 1993.

BALESTEROS, Carmen; OLIVEIRA, Jorge, *A Sinagoga de Valência de Alcântara – Cáceres*, Sep. de Ibn Maruán, *Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº4, C. M. Marvão, 1994.

BALESTEROS, Carmen; OLIVEIRA, Jorge, *Muros Religiosos de Castelo de Vide*, Sep. de Ibn Maruán, *Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 5, C.M. Marvão, 1995.

BARNAVI, Élie, *História Universal dos Judeus, da Génese ao Fim do Século XX*, Círculo dos Leitores, s.d..

BARROS, Gama, «Judeus e Mouros em Portugal» in *Revista Lusitana*, vol. 34.

BELÉM, Margarida C., v. TEIXEIRA, Gabriela B..

BENEVOLO, Leonardo, *Storia della Città, la Città Medievale*, vol. II, Editori Laterza, Bari, 1993.

*Bíblia Sagrada – A Boa Nova*, Difusora Bíblica, 1993.

*Biblioteca de Instrução Profissional*, Livraria Bertrand, Lisboa, s.d.. Livros consultados: *Alvenaria, Cantaria e Betão; Materiais de Construção; Trabalhos de Carpintaria*,

BONIFÁCIO, H., v. RODRIGUES, M. J..

BOWKER, John, *Religiões do Mundo, Estudo e Explicação das Grandes Religiões*, Livraria Civilização Editora, Verona, 1997.

BUCHO, Domingos Almeida, *Mosteiro de S. Bernardo de Portalegre, Estudo Histórico-arquitectónico, Propostas de Recuperação e Valorização do Património Edificado*, Ed. Autor, Portalegre, 1995.

CABRITA, A., v. AGUIAR, J..

CABRITA, Reis; ALHO, Carlos, *Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património Arquitectónico Europeu*, L. N. E. C., Lisboa, 1987.

CABRITA, António Reis; AGUIAR, José; APPLETON, João, *Manual de Apoio à Reabilitação dos Edifícios do Bairro Alto*, C. M. de Lisboa / L. N. E. C., 1992.

CALADO, L. F.; LEITE, J. P.; PEREIRA, P., «As Áreas de Actuação do IPPAR (algumas questões concretas)» in *Intervenções no Património, 1995-2000*, IPPAR, Lisboa, 1997.

CAMARINHAS, M. V. Ferreira v. SILVA, J. Martins.

*Caminos de Sefarad*, Patronato para la Promoción del Turismo y la Artesanía de Cáceres, Cáceres, 1996.

CARVALHO, António, «Culto e Oculto», in *Diário de Notícias Artes*, nº 43, Lisboa, 20/9/1997.

CASANOVAS, Jorge, «Arqueologia Judia Medieval en la Peninsula Iberica» in *Revista de Arqueologia*, Ano VII, nº 61, Maio de 1986.

CEIA, Benvindo, «Notas Mediévicas de Castelo de Vide» in *Terra Alta, Antologia de Castelo de Vide*, dirigida e organizada por J. A. Gordo, Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1935.

CHOAY, Françoise, *L'Allegorie du Patrimoine*, Ed. Du Seuil, Paris, 1992.

CLÉMENT, Catherine, *A Senhora*, 6ª ed., Edições Asa, Porto, 1996.

COELHO, António Borges, *Comunas e Concelhos*, Caminho, Lisboa, 1986.

- COELHO, António Borges, *Inquisição de Évora, dos Primórdios a 1668*, 2 vols., Caminho, Lisboa, 1987.
- COELHO, António Borges, «João de Barros e a Questão Judaico-cristã-nova» in *Oceanos, João de Barros e o Cosmopolitismo do Renascimento*, nº 27, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Jul.-Set. 1996.
- COELHO, António Borges, «Judeus e Cristãos-novos Portugueses (Séculos XVI e XVII)» in *Oceanos, Diáspora e Expansão, Os Judeus e os Descobrimentos Portugueses*, nº 29, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Jan.-Mar.1997.
- COELHO, Laranjo, «Os Cardadores de Castelo de Vide» in *Terra Alta, Antologia de Castelo de Vide*, dirigida e organizada por J. A. Gordo, Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1935.
- COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *O Santo Officio no Alto Alentejo*, Lisboa, 1955.
- COELHO, Possidónio Mateus Laranjo, *Terras de Odiana, Subsídios para a sua História Documentada, Medóbriga, Ammaia, Aramenha, Marvão*, 2ª edição, revista e anotada por Diamantino S. Trindade, C. M. Castelo de Vide e C. M. de Marvão, Lisboa, 1988.
- CONSELHO DA EUROPA, «Déclaration d'Amsterdam» in *Congrès sur le Patrimoine Architectural Européen*, Conselho da Europa, Estrasburgo, 1975.
- CORREIA, Cláudia Aranda, «Terras de Vide» in *Descobrir*, nº 15, Lisboa, Abril de 1996.
- COSTA, F. Pereira, *Enciclopédia Prática da Construção Civil*, Edição do Autor, Lisboa, s.d..
- CRISTOFOLLI, C., v. AYMUNINO, Carlo.
- CUSTÓDIO, Jorge, «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)» in *Dar Futuro ao Passado*, IPPAR, Lisboa, 1993.
- DEMORGON, M., v. PANERAI, P..
- DEPAULE, J. C., v. PANERAI, P..
- DEVILLIERS, C., «Typologie de l'Habitat et Morphologie Urbaine» in *l'Architecture d'Aujourd'hui*, nº174, Paris, Julho 1974.
- DÍAZ ESTEBAN, Fernando, «Lápidas Judias en Portugal» in *Estudios Orientais, II. O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, Instituto Oriental, Lisboa, 1991.
- FARIA, Aida Gisela das Neves, *Análise Socio-económica das Comunas Judaicas em Portugal (1439-1496)*, (dissertação policopiada), Faculdade de Letras, Lisboa, 1963.
- FAVREUL, Juliette, *La Semaine Sainte a Castelo de Vide sur les Chemins d'une Identité Marrane* (texto policopiado), École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1994.
- FERNANDES, Maria Júlia, *Passos na Areia*, Contexto, 1996.
- FERREIRA, Manuela Almeida, «Mobiliário Doméstico Proveniente de Escavações na Sinagoga de Tomar» in *Actas do Simpósio Internacional Os Judeus e os Descobrimentos*, Ed. Secretariado do Simpósio Internacional, Tomar, 1992.
- GABINETE TÉCNICO LOCAL DE CASTELO DE VIDE, *Plano de Pormenor da Zona Urbana mais Antiga de Castelo de Vide*, (texto policopiado), 3 vols., Câmara Municipal de Castelo de Vide, 1999.
- GOITIA, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, 2ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 1989.
- GORDO, João António, *Castelo de Vide, Bosquejo Histórico d'esta Villa Notável*, Portalegre, 1903.
- GESTA, Alexandra, «Sentimentos Nativos» in *Diálogos de Edificação, Técnicas Tradicionais de Construção*, CRAT, s.d..
- Guia Museu Sefardi, Toledo*, edição preparada por Ana María López Álvarez, Santiago Palomero Plaza e Mª Luisa Menéndez Robles, Aldeasa, 1997.



Guimarães, *Cidade Património Mundial, Um Objectivo Estratégico*, Câmara Municipal de Guimarães, 1998.

HENRIQUES, Fernando; JORGE, Virgolino, «Textos Fundamentais» in *Cadernos SPPC.*, nº1, S.P.P.C, Évora, Janeiro 1996.

HERCULANO, Alexandre, «Judeus em Portugal» in *O Panorama*, vol. I, Lisboa, 1931.

HERVÁS, Marciano de, *Los Judíos de Candelario*, 1ª ed., Hervás, 1998.

ISAAC, Angel, *Duas Décadas de Cultura e Política de Reabilitação*, Delegacion en Granada del Colegio de Arquitectos e Junta Andalucia, Consejería de Obras Públicas e Transportes, s.d..

IZQUIERDO BENITO, v. LÓPEZ ALVAREZ, Ana María.

JORGE, Ana Santos, *The Old Burgo of Castelo de Vide, Portugal, Safeguard and Conservation*, (dissertação policopiada para obtenção do grau de Mestre), Center for the Conservation of Historic Towns and Buildings, Katholieke Universiteit Leuven, Leuven, 1991.

JORGE, Virgolino, v. HENRIQUES, Fernando.

KEIL, Luiz, «Portas «Moinholas» e Teares de Castelo de Vide» in *Terra Alta, Antologia de Castelo de Vide*, dirigida e organizada por J. A. Gordo, Liv. Sá da Costa, Lisboa, 1935.

KELLER, Werner, *História do Povo Judeu*, Galeria Panorama, 1966.

KRINSKY, Carol, *Synagogues of Europe*, 2ª Ed., Cambridge, Massachussets and London, England, The Mit Press, 1985.

LAMAS, José Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, F.C.G./J.N.I.C.T., 1992.

LAPA, Maria Fernanda, «A Sinagoga de Tomar, Seu Enquadramento na Problemática da Presença Judaica em Tomar» in *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, nº 11/12, Câmara Municipal de Tomar, Tomar, Março 1989.

LAVEDAN, Pierre, *Histoire de l'Urbanisme . Antiquité. Moyen-Age*, Henri Laurens Ed., Paris, 1926.

LEITE, J. P., v. CALADO, L. F..

LÓPEZ ALVAREZ, Ana María; IZQUIERDO BENITO, Ricardo; PALOMERO PLAZA, Santiago, *Guia del Toledo Judio*, Codex Ediciones S. L., Toledo, 1990.

LUIS LACAVE, José, «El Destino de las Sinagogas tras la Expulsión» in *Actas do Simpósio Internacional Os Judeus e os Descobrimentos*, Ed. Secretariado do Simpósio Internacional, Tomar, 1992.

LYNCH, Kevin, *A Imagem da Cidade*, Edições 70, Lisboa, 1996.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV-XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Presença, Lisboa, 1986.

MARQUES, Maria Graciana, *Práticas Funerárias Judaicas*, (dissertação policopiada para a obtenção do grau de Mestre), Universidade Nova.

MARQUES, Oliveira, *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, C.E.H.U.N.L., Lisboa, 1990.

MATTOSO, José, «Introdução à História Urbana: A Cidade e o Poder» in *Ciclo de Conferências Cidades e História*, Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Belas Artes, 1987.

MENA, Emília, *As Caleiras da Escusa*, Sep. de *Ibn Maruán*, *Revista Cultural do Concelho de Marvão*, nº 2, C.M. Marvão, 1992.

MENEZES, Marluci, «Espaço, Cultura e Recuperação do Património Urbano. Estudo de Caso: O Bairro da Madragoa» in *III Congresso Português de Sociologia*, 1996.

MONTEIRO, Isabel, *Os Judeus na Região de Viseu*, Região de Turismo Dão Lafões, 1997.

- MORRIS, A. E. J., *História de la Forma Urbana*, Ed. G. Gil, 1984.
- MUMFORD, Lewis, *A Cidade na História, suas Origens, Transformações e Perspectivas*, 3ª ed., Martins Fontes, S. Paulo, 1991.
- Na Rota dos Judeus*, I.C.E.P., s.d..
- NORBERG-SCHULTZ, Christian, «Luogo e Identità» in *Centro Storico, Restauro o Progetto?*, Fondazione Giovanni Michelucci / La Casa Usher, Florença, 1987.
- NUNES, Ana Amélia, *A Cal da Escusa*, (estudo realizado para a disciplina de Materiais Inertes do Mestrado de Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, texto policopiado), Universidade de Évora, 1996.
- OLIVEIRA, Jorge, v. BALESTEROS, Carmen.
- PAIVA, J., v. AGUIAR, J..
- PALOMERO PLAZA, v. LÓPEZ ALVAREZ, Ana María.
- PANERAI, P.; DEPAULE, J. C.; DEMORGON, M.; VEYRENCHE, M., *Éléments d'Analyse Urbaine*, Archives d'Architecture Moderne, Bruxelles, 1980.
- Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, vol. II, I.P.P.A.R./S.E.C., Lisboa, 1993.
- PEREIRA, Luís Sá, v. PEREIRA, Nuno Teotónio.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, *Plano Geral de Urbanização*, vol. I, *Análise*, Câmara Municipal de Castelo de Vide, Castelo de Vide, 1983.
- PEREIRA, Nuno Teotónio; *Castelo de Vide - Reabilitação e Reutilização do Castelo e Muralhas*, Castelo de Vide, s.d..
- PEREIRA, Nuno Teotónio; PEREIRA, Luís Sá, *Plano Director Municipal de Castelo de Vide*, Câmara Municipal de Castelo de Vide, Castelo de Vide, 1995.
- PEREIRA, P., v. CALADO, L. F..
- PEREIRA, Paulo, «Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História» in *Intervenções no Património, 1995-2000*, IPPAR, Lisboa, 1997.
- PINHO, Fernando Farinha da Silva, «Sistematização do Estudo sobre Paredes de Edifícios Antigos» in *Ingenium*, 2ª série, nº 19, Julho 1997.
- PINTO, Maria do Carmo, v. RUNA, Lucília.
- PIRENNE, Henri, *As Cidades da Idade Média*, Publicações Europa-América, s.d..
- PONTE, Maria de la Salette, «A Sinagoga de Tomar e os Descobrimentos» in *Actas do Simpósio Internacional Os Judeus e os Descobrimentos*, Ed. Secretariado do Simpósio Internacional, Tomar, 1992.
- PORTAS, Nuno, «Pasado, Presente y Futuro de las Ciudades Patrimonio de la Humanidad» in *Urbanismo y Conservación de Ciudades Patrimonio de la Humanidad*, Cáceres, 1992.
- PORTUGAL, Fernando Filipe, *O Problema Judaico no Reinado de D. Manuel*, Sep. de Armas e Troféus, nº 3, Braga, 1975.
- Presenças Judaicas*, I.C.E.P., 1997.
- Proposta para a Recuperação da Judiaria de Castelo de Vide, Intenção de Investimento, 1990-1994*, (texto policopiado), Câmara Municipal de Castelo de Vide, 1989.
- Reabilitação Urbana, Núcleos Históricos*, C. M. de Lisboa / Pelouro da Reabilitação Urbana dos Núcleos Históricos, Lisboa, 1993.
- REPENICADO, António V. Raposo, *Relação de Sucessos Históricos*, Castelo de Vide, 1965.
- REPENICADO, António V. Raposo, *Da Notável Vila de Castelo de Vide – Apontamentos*, Sep. de *Terra Alta*, Castelo de Vide, 1969.

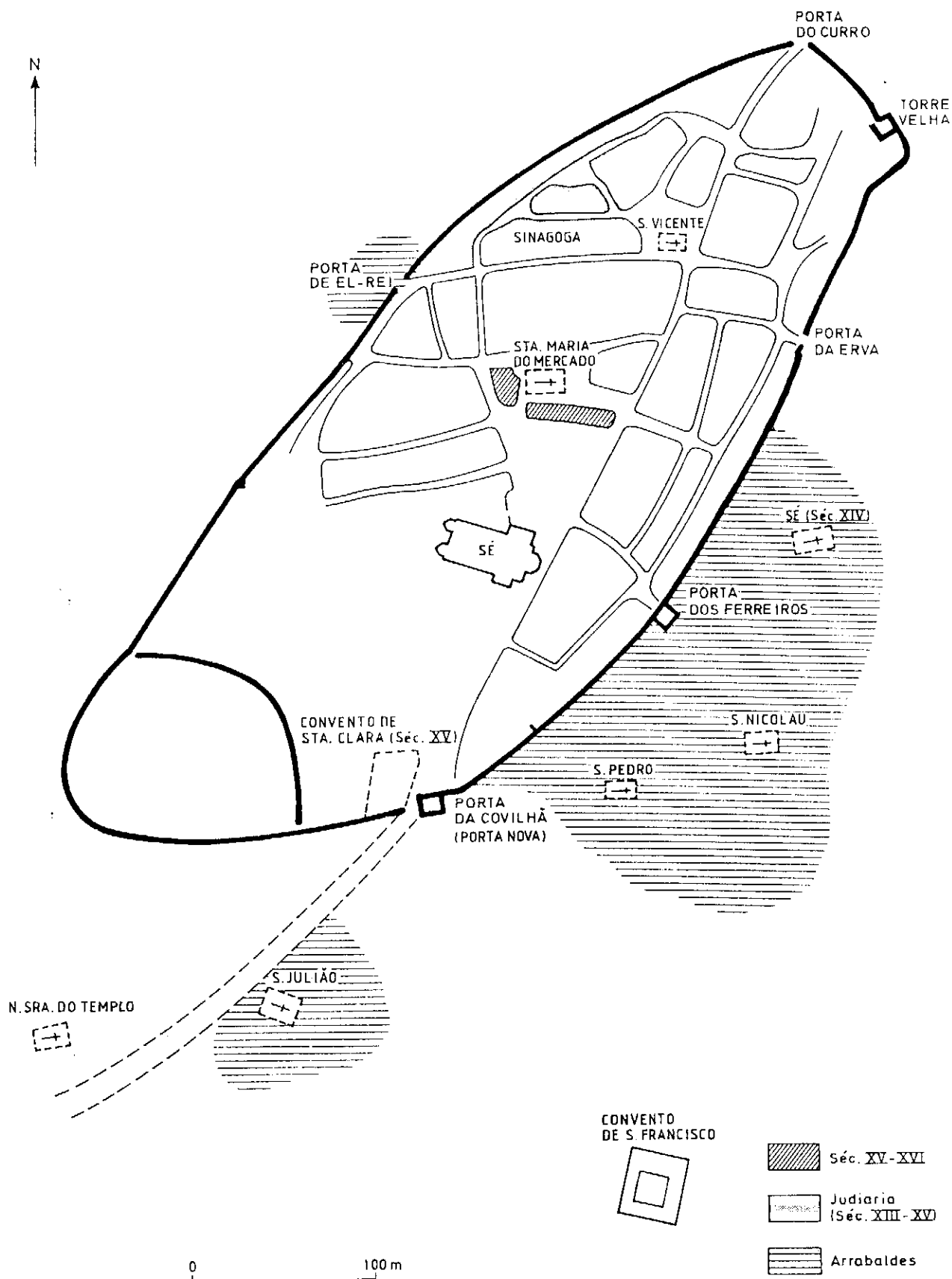
- RODRIGUES, M. C. Monteiro, *Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide*, Assembleia Distrital de Portalegre, Lisboa, 1975.
- RODRIGUES, M. J.; SOUSA, P. F.; BONIFÁCIO, H., *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura*, 2ª ed., Quimera, Coimbra, 1996.
- ROSSI, Aldo, *A Arquitectura da Cidade*, ed. Cosmos, Lisboa, 1977.
- ROSSI, Aldo, v. AYMUNINO, Carlo.
- RUNA, Lucília; PINTO, Maria do Carmo, «Vivências de uma Comunidade Cristã-nova no Século XVI: Castelo de Vide» in *Patrimónia*, nº 3, 1998.
- SARAIVA, António José, *Inquisição e Cristãos-Novos*, Editorial Inova Limitada, Porto, 1969.
- SARAIVA, José Hermano, «Os Cristãos-novos e a Inquisição» in *História de Portugal*, vol. II, Publicações Alfa, 1983.
- SCHWARZ, Samuel, *Inscrições Hebraicas em Portugal*, Sep. de Arqueologia e História, Tipografia do Comércio, Lisboa, 1923.
- SEGURADO, João Emílio dos Santos, *Materiais de Construção*, 6ª ed., Biblioteca de Instrução Profissional, Livraria Bertrand, s.d..
- SEPÚLVEDA, Torcato, «Sinagoga de Lisboa, O Cais da Memória» in *Público Magazine*, nº 350, 17/2/1991.
- SHENKAR, Nadine, *L'Art Juif et la Kabbale*, Nil Éditions, Paris, 1996.
- SILVA, J. Martins; CAMARINHAS, M. V. Ferreira, *Estudo Económico dos Calcários de Marvão*, vol. XV, Estudos Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro, 1961.
- SIMÕES, J. M. Santos, *Tomar e a sua Judiaria*, Ed. Museu Luso-Hebraico de Tomar, Tomar, 1943.
- SIZA, Álvaro, *A estratégia da Memória. O Chiado, Lisboa*, Delegacion en Granada del Colegio de Arquitectos e Junta Andalucia, Consejería de Obras Públicas e Transportes, s.d..
- SOUSA, P. F., v. RODRIGUES, M. J..
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XV*, 2 vols., Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1982.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Judeus de Sinal em Portugal no séc. XVI*, Centro de História da Cultura da U.N.L., Lisboa, 1986.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Judaísmo e Inquisição*, 1ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 1987.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, «Judeus e Cristãos-novos no Distrito de Portalegre» in *A Cidade, Revista Cultural de Portalegre*, nº 3 (nova série), Portalegre, Jan-Jun 1989.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Los Judíos en Portugal*, Mapfre, Madrid, 1992.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, «A expulsão dos Judeus de Portugal: Conjuntura Peninsular» in *Oceanos, Diáspora e Expansão, Os Judeus e os Descobrimentos Portugueses*, nº 29, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Jan.-Mar.1997.
- TEIXEIRA, Gabriela B.; BELÉM, Margarida C., *Diálogos de Edificação, Técnicas Tradicionais de Construção*, CRAT, s.d..
- TRINDADE, Diamantino Sanches, *Castelo de Vide, Subsídios para o Estudo da Arqueologia Medieval*, Assembleia Distrital de Portalegre, Lisboa, 1979.
- TRINDADE, Diamantino Sanches, *Castelo de Vide, Arquitectura Religiosa*, 2 vols., C.M. Castelo de Vide, Lisboa, 1981.
- VEYRENCHE, M., v. PANERAI, P..
- VIDEIRA, César, *Memória Histórica da Muito Notável Villa de Castello de Vide*, Lisboa, 1908.

- VIEIRA, Rui Rosado, *Castelo de Vide, Alguns Números sobre uma Época de Guerra (1800-1812)*, Ed. Colibri, Lisboa, 1993.
- VITERBO, Sousa, *Ocorrências da Vida Judaica*, Lisboa, 1904.
- YEDID, Adam, *Centres Historiques. Méthodes d'Analyse*, Éditions du Service Technique de l'Urbanisme, Paris, 1989.
- ZIMLER, Richard, *O Último Cabalista de Lisboa*, Quetzal Editores, Lisboa, 1996.



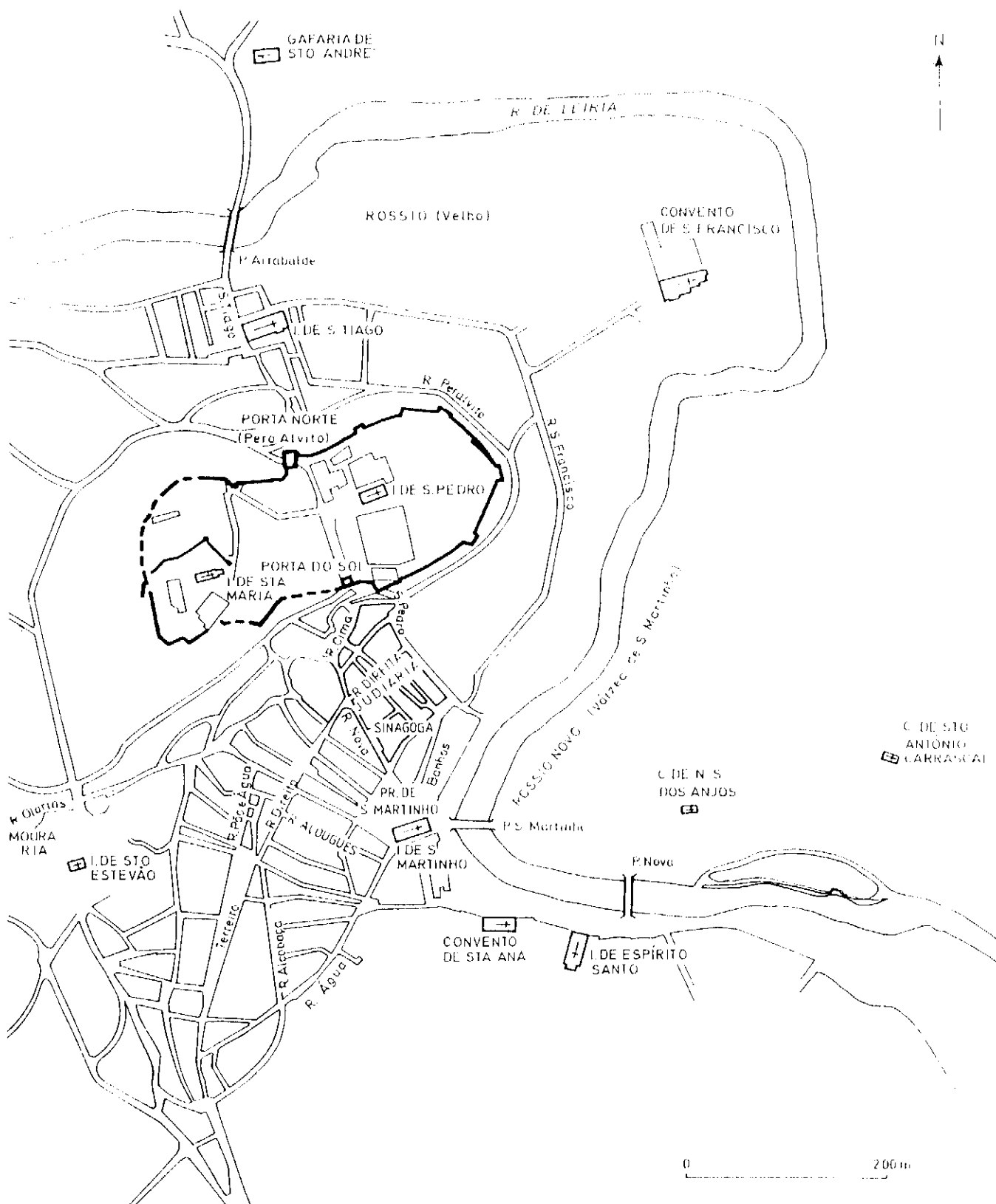
**ANEXOS**





# **ANEXO 1 - LOCALIZAÇÃO DAS JUDIARIAS NALGUMAS CIDADES MEDIEVAIS PORTUGUESAS**

## **1.2 - GUARDA**

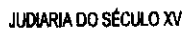


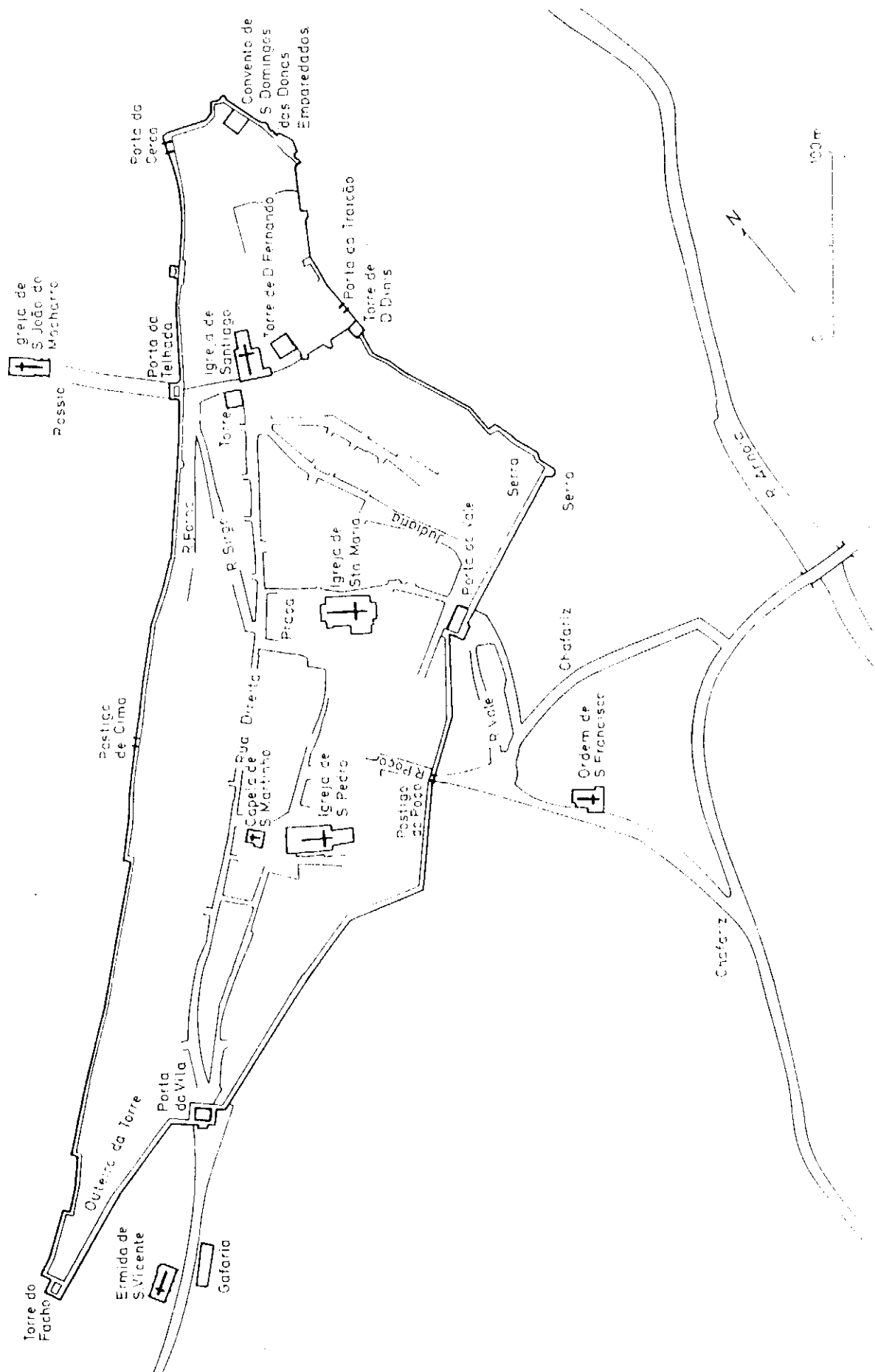
**ANEXO 1 - LOCALIZAÇÃO DAS JUDIARIAS NALGUMAS CIDADES MEDIEVAIS PORTUGUESAS**

**1.3 - LEIRIA**

JUDIARIA (SÉC. XII A 1496)







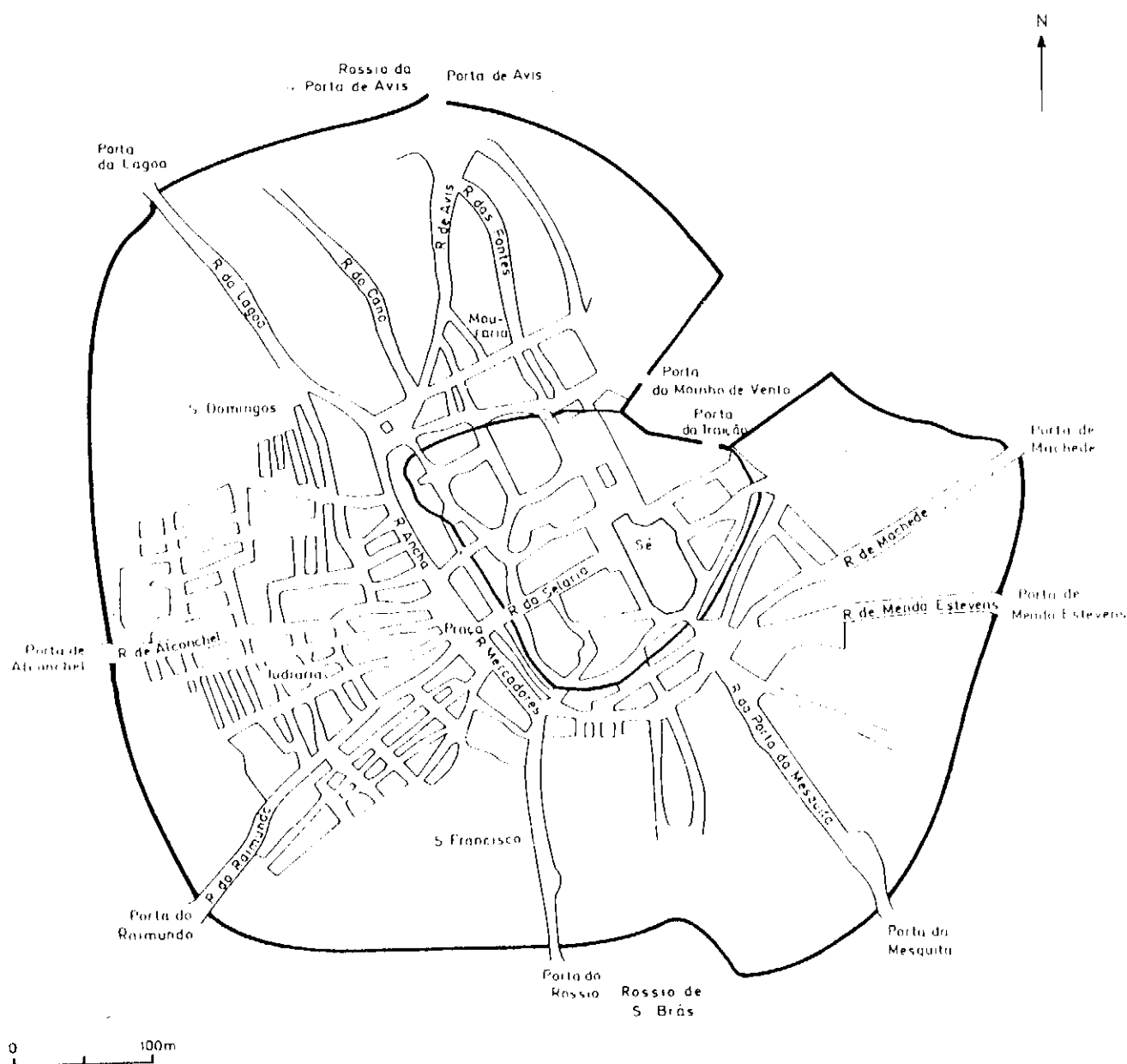
# **ANEXO 1 - LOCALIZAÇÃO DAS JUDIARIAS NALGUMAS CIDADES MEDIEVAIS PORTUGUESAS**

**1.5 - ÓBIDOS**







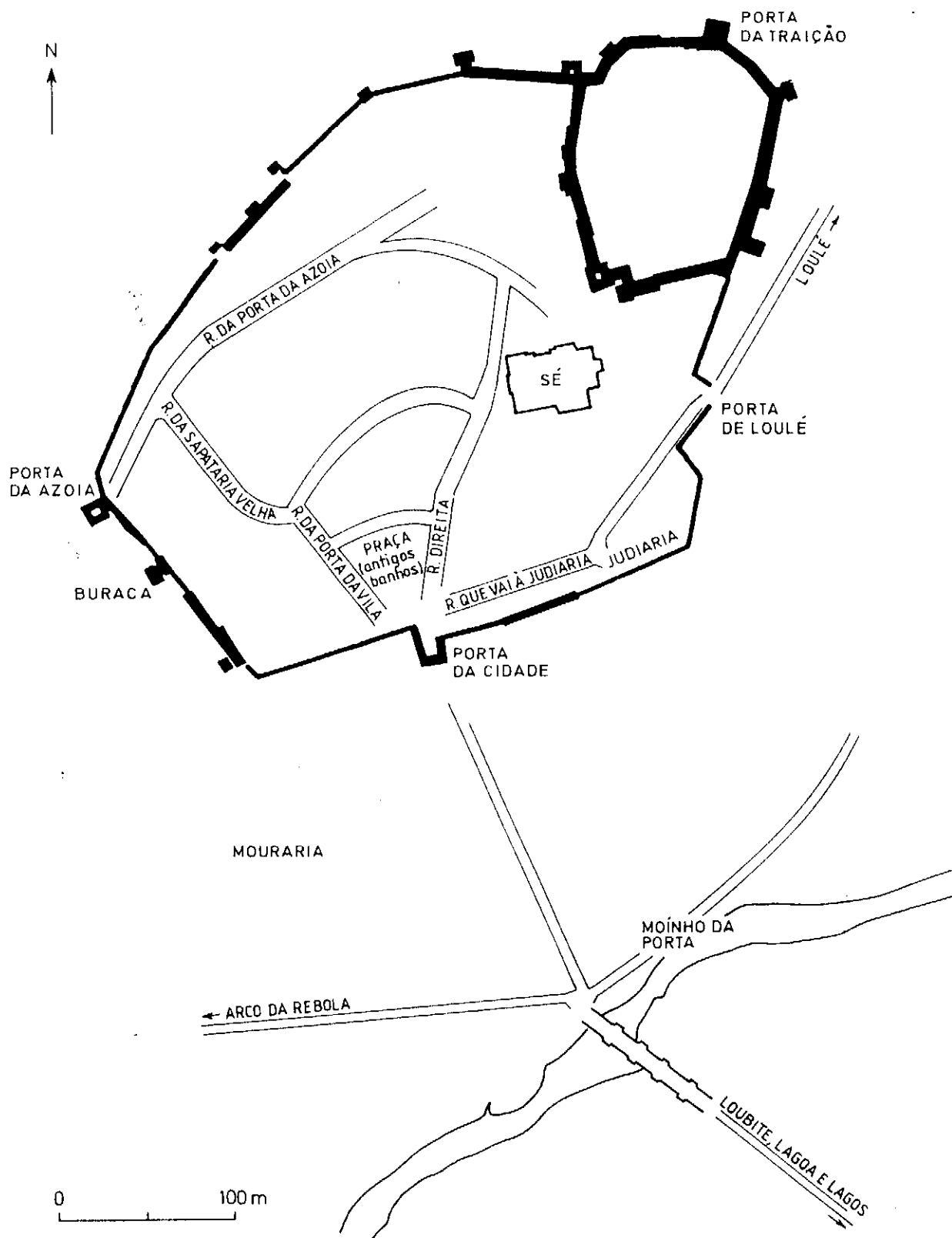


## ANEXO 1 - LOCALIZAÇÃO DAS JUDIARIAS NALGUMAS CIDADES MEDIEVAIS PORTUGUESAS

### 1.8 - ÉVORA

JUDIARIA COM APROXIMADAMENTE 1,3 ha (SÉC. XIV)

in Oliveira Marques, *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, C.E.H.U.N.L., Lisboa, 1

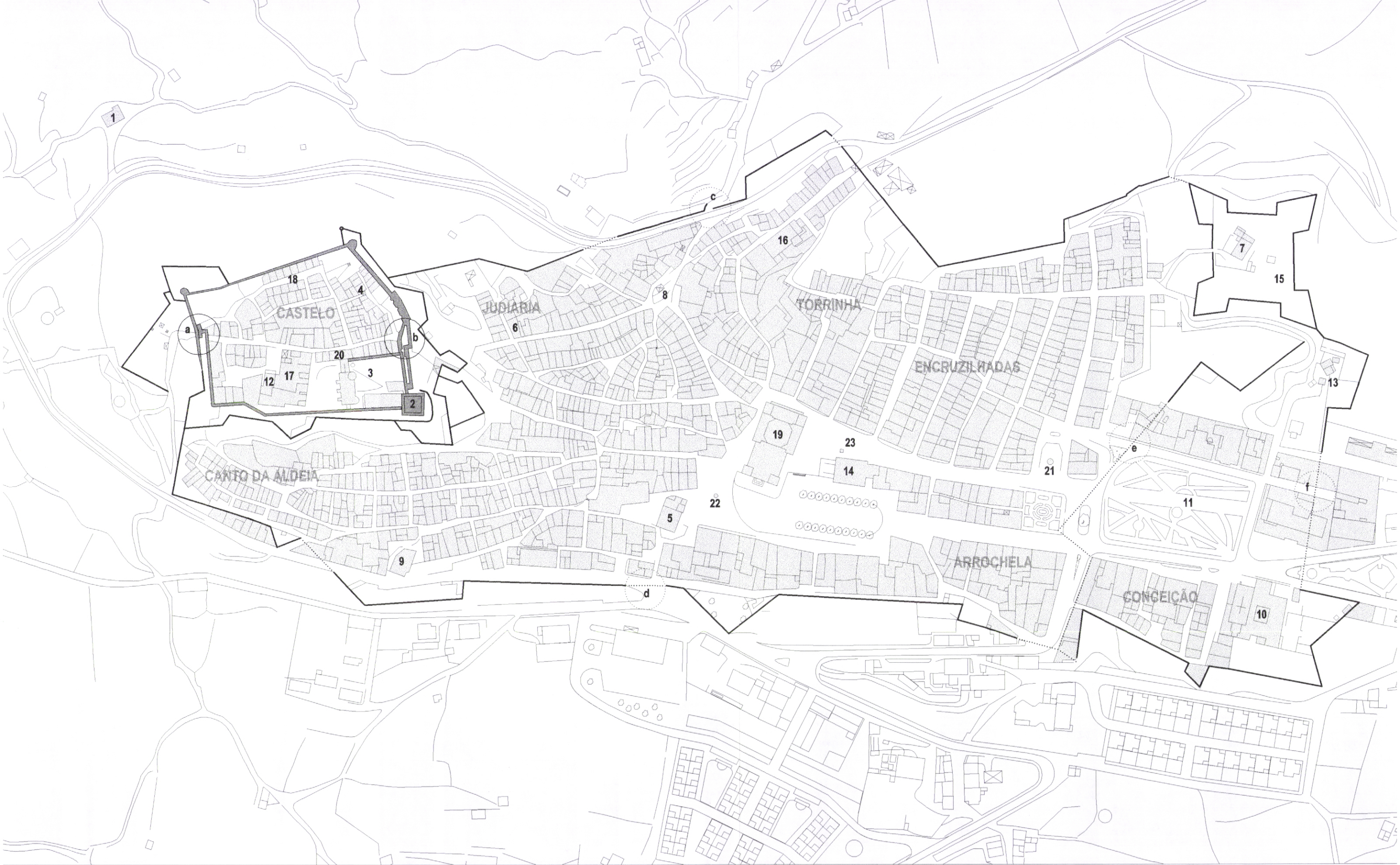


# **ANEXO 1 - LOCALIZAÇÃO DAS JUDIARIAS NALGUMAS CIDADES MEDIEVAIS PORTUGUESAS**

**1.9 - SILVES**

in Oliveira Marques, *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, C.E.H.U.N.L., Lisboa,





**ANEXO 2 - CASTELO DE VIDE, ELEMENTOS GRÁFICOS AUXILIARES**  
**2.1 - PLANTA GERAL DE CASTELO DE VIDE**

Adaptado de G.T.L. de Castelo de Vide, *Plano de Pormenor da Zona Urbana Mais Antiga de Castelo de Vide*, Vol. III, *Elementos Anexos*, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 1999.

**PORTAS DA VILA ANTIGA**

- Existentes
- a Porta de S. Pedro
- b Porta da Vila

**Destruídas**

- c Porta Nova
- d Porta de S. João
- e Porta de D. Vasco

**MURALHAS (existentes - 4.250m)**

- Muralha Medieval
- Muralha dos Séculos XVII/XVIII
- Muralha Destruída

**MONUMENTOS (ordem cronológica)**

- 1 Ermida de S. Salvador do Mundo (séc. XIII?)
- 2 Torre de Menagem (séc. XIV)
- 3 Praça d'Armas

- 5 Igreja de S. João Baptista (séc. XIV)
- 6 Sinagoga Medieval (?)
- 7 Ermida de S. Roque (séc. XV)
- 8 Fonte da Vila (séc. XVI)
- 9 Igreja de S. Tiago (séc. XVI)
- 10 Convento de S. Francisco (séc. XVI)
- 11 Local da Antiga lo. do Espírito Santo (séc. XVI)

- 13 Ermida do Calvário
- 14 Pagos do Concelho (séc. XVIII/XVIII)
- 15 Forte de S. Roque (séc. XVIII)
- 16 Ig. de Sto. Amaro (séc. XVIII) - substituiu Ermida do séc. XV
- 17 Convento Novo das Recoilidas (séc. XVIII)
- 18 Quartéis (séc. XVIII)
- 19 Igreja da Santa Mãe da Deussa (séc. XVIII/XIX)

- 20 Cadeia (séc. XIX)
- 21 Fonte do Montinho (séc. XIX)
- 22 Fonte do Ourives (séc. XIX)
- 23 Nova Colocação do Pelourinho Medieval (séc. XX)



Escala - 1

0 25 50 75











**ANEXO 2 - CASTELO DE VIDE, ELEMENTOS GRÁFICOS AUXILIARES**  
**2.3 - PLANTA GERAL DOS IMÓVEIS CLASSIFICADOS E ÁREAS DE PROTECÇÃO**

Adaptado de G.T.L. de Castelo de Vide, *Plano de Pormenor da Zona Urbana Mais Antiga de Castelo de Vide*, Vol. II, *Elementos Complementares*, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 1999.

 IMÓVEIS CLASSIFICADOS OU EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

 ÁREA DE PROTECÇÃO

 ZONA ESPECIAL DE PROTECÇÃO



Escala  
0 50 100 150 200



### **Anexo 3.- Documentos históricos referentes a Castelo de Vide.**

3.1 - «*Chãao aforado pera sempre em castelo da ujde a mestre lourenço*» in *Chancelaria de D. Pedro I* (1357-1367), edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1984.

[1121]

[D]om pedro *ect* A quantos esta carta virem faço saber que dou a foro pera sempre a mestre *lourenço* meu solorgiam h~uu chãao que eu ey no castello da ujde no meu praado do qual chãao estes som os termos da hua *parte* parte com vinhaa de joham periz alcaide do dicto castello de ujde e com vinha do prior E pella Ribeira do dicto prado e pello camjnho que uay pera o dicto prado per tal preyto e sob taães *condições* que elle chante o dicto chãao em boa vinha E que comece de a cantar da dada desta carta a h~uu anno e seia chantada e fecta ataa cinquo annos estes *primeiros* segujntes

E despois que a dicta vinha por fecta que o meu almoxarife e scpriuam de portalegre escolha na dicta vinha e filhe a terça parte della pera *mjm* E as duas partes fiquem ao dicto mestre *lourenço* jssentas e sem *contenda* neh~ua pero se o dicto mestre *lourenço* ou seus sucesores qujserem uender a dicta vinha que lhe assy ficar elles ho deuem ante fazer a *mjm* saber ou aos meus sucesores se a queremos nos tanto por tanto quanto outrem por ella der E se a nos quisermos por quanto outrem por ella der deue no lla dar // a nos ante que a outrem E se a nos *comprar* nom quisermos que entom a posam elles uender a quem qujserem e por bem teuerem

E porque fuy certo per carta de fernam gonçallvez almoxarife e de gil gonçallvez meu scpriuam no dicto almoxarifado que meterom o dicto chãao em pregom assy como era de costume e que nom acharom quem por el mais desse nem quem o quisesse filhar saluo o dicto mestre *lourenço* que o filhou com a dicta *condiçom* E que entendiam que era meu *serujço* de lho dar pello dicto foro e *condições* como dicto he Porem dou e outorgo a el e a todos seus sucesores que depos elles veerem o dicto chãao pello dicto foro e *condições* suso dictas

o qual mestre *lourenço* tomou o dicto chãao pollo dicto foro e com as *condições* sobre dictas E obrigou todos os seus beens moue~es e de raiz auudos e por auer a manteer e *comprir* as sobredictas cousas e cada h~ua dellas

E em *testimunho* desto lhe mandey dar esta *mjnha* carta

dante em lixboa xxix dias d agosto el rrey o mandou per pero afomso seu uasallo vasco *lourenço* a fez era de mijl iiij e quatro annos.,,



**Anexo 3.-** Documentos históricos referentes a Castelo de Vide.

3.2 - Carta régia confirmando João Leitão, criado de Rui Gomes da Silva, como escrivão dos feitos das sisas da Coroa e dos feitos dos judeus.

Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, l. 18, fl. 78 v.º, (transcrição da responsabilidade de José Augusto Oliveira, Mestre em História Medieval).

1439, Lisboa, 27 de Março

Don Afonso *ect* A quantos esta carta virem fazemos saber que Joham leitam mostrou perante / Nos h6a carta del Rey meu Senhor e padre cuja alma *deus* aja do qual o teor tal he

dom / Eduarte *ect* A quantos esta carta virem fazemos saber *que querendo fazer graça e merçee [sic] Joham / leitam criado de Ruj gomez da silua Teemos por bem e damo llo por escripuam dos fectos /das nossas sisas E dos fectos dos judeus de castel da uide pello do dicto Ruj Gomez que no llo / por elle pediu asy e pella guisa que o era em vida del Rey meu Senhor e padre cuja alma *deus* aja / per suia carta A qual foy quebrada perante nos E porem mandamos aos juizes das dictas sisas / E aos Rendeiros e [1] que ora sam e ao diante forem E a outros quaeesquer que esto ouuerem / de veer que ajam o dicto Joham leitam per o escripuam dos fectos das dictas sisas e dos judeus e outro / nenhu6 nom E o leixem serujr e usar do dicto oficio e auer as partes e direitos delle como dicto he sem / outro embargo que lhe sobre ello seja posto do qual oficio lhe fazemos merçee se lhe ata a morte do dicto / Senhor elle estaua em posse delle e o? servjo per sy ou per outrem em seu nome O qual jurou em a nossa / chamcelaria aos auangelhos he all nom façades dante em almeirim xxx dias de dezembro El Rey o mandou per pedro / gonçallvez do seu conselho e beedor da sua fazenda fernam perez a fez Era de mjl e iiij; e xxx e iiijº anos / E pediu nos o dicto joham leitam que lhe confirmasemos a dicta carta *ect* em forma dada em a cidade de / lixboa xxbij dias de março El Rey mandou per lopo d almeida caualleiro da sua casa por quanto os / beedores da sua fazenda eram em tal tempo que a nom podiam asynar Ruy Vaaz a fez Era de mjl e iiij; e noue anos*

### **Anexo 3.- Documentos históricos referentes a Castelo de Vide.**

#### **3.3 - Carta régia de privilégio a Namão Amiz de isenção de pagamento de impostos e de prestação de serviços à Comuna e de serviços de aposentadoria.**

Lisboa, A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V*, l. 14, fl. 109, (transcrição da responsabilidade de José Augusto C. F. Oliveira, Mestre em História Medieval).

[1460] [1]

Dom afonso ect. A quantos esta *carta* virem fazemos saber *que* nos querendo fazer graça e merçee [sic] a namaão amiz judeu morador em castel da uide pello / de pero de moura fidalguo de nossa cassa *que* no llo por elle pedio Teemos por bem e *priuilegiamo* llo e *queremos* e mandamos *que* *daqui* em diante / seja escusado e liberdado de pagar nos preitos fintas talhas pedidos e enprestidos *que* per a comuna dos judeus do dicto lugar sejam [...] / e forem lançados *per quallquer* guisa *que* seeja nem *que* esso mesmo seja costringido *pera auer* de *seruir* nem pagar *em nenhu6s* carregos *que per* / a dicta comuna sejam lançados E *queremos* que nom pousem com elle nem lhe tomem suas cassas de morada adegas nem caualos / pam *vjnho* palha nem Cevada bestas de sseela nem d albarda galinhas gaado tojros nem coussa outra alguua de sseu contra sua vontade / Outro sy *queremos que* posa teer mancebos *chrjstaãos* de ssoldada comtanto que o nam *servam* das portas adentro de sua cassa *ssomente* / com sseus gaados e em sseus beens fora da uilla *Item* e porem mandamos a todollos *Corregedores* Juizes e justiças e ao rraby e oficiaees / da comuna do dicto lugar E a outros *quaeesquer* ofiçiaes [sic] e pessoas a que pertencer [sic] *que* ajam o dicto anamaão amjs *por* escusado

[1] s. d. O documento imediatamente anterior data de 1466.



**Anexo 4 - Levantamento Populacional dos Judeus de Castelo de Vide no séc XV.**  
 Adaptado de Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. II,  
 U.N.L., Lisboa, 1982, pp. 44-46, pp. 440-554 e p. 795.

(1) Informações complementares de José Augusto C. F. Oliveira, Mestre em História Medieval

| Data | Nome    | Apelido        | Profissão                             | Obs.                | Fonte                                                                                         |
|------|---------|----------------|---------------------------------------|---------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1441 | José    | Molfo          |                                       |                     | A.N.T.T., <i>Chancelaria de D. Afonso V</i> , liv. 2, fl. 57.                                 |
| 1441 | Naaman  | Amiz           |                                       |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 2, fl. 57.                                                               |
| 1441 | Isaac   | Amiz           | mercador                              |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 2, fl. 57.                                                               |
| 1441 | Jacob   | Amiz           |                                       |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 2, fl. 56vº.                                                             |
| 1441 | Abraão  | Molfo          |                                       |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 2, fl. 56vº.                                                             |
| 1442 | Salomão | Sarfate        | tecelão                               |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 23, fl. 103vº.                                                           |
| 1442 | Moisés  | Amiz           | mercador                              |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 23, fl. 103vº.                                                           |
| 1442 | Judas   | Romim          | alfaiate                              |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 23, fl. 103vº.                                                           |
| 1442 | Abraão  | Negrim         | alfaiate                              |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 23, fl. 98vº.                                                            |
| 1442 | Isaac   | Safati         | sapateiro                             |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 23, fl. 98vº.                                                            |
| 1442 | Moisés  | Crespim        | sapateiro                             |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 23, fl. 98vº.                                                            |
| 1442 | Judas   | Adida          |                                       |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 23, fl. 98vº.                                                            |
| 1442 | Isaac   | Amiz (1)       |                                       |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 21, fl. 90vº.                                                            |
| 1455 | Moisés  | Amiz           | mercador                              |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 15, fl. 159.                                                             |
| 1464 | José    | Cohen          | tecelão                               |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 8, fl. 98vº.                                                             |
| 1464 | Moisés  | Cohen          |                                       |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 8, fls. 89 e 98vº.                                                       |
| 1466 | Naaman  | Amis           | proprietário de gado e terras (1)     | Carta de privilégio | <i>Ibidem</i> , liv. 14, fl. 109.                                                             |
| 1469 | José    | Agudoje        | mercador                              |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 31, fl. 25.                                                              |
| 1471 | Isaac   | Amiz=?         |                                       |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 21, fl. 90vº.                                                            |
| 1471 | Jacob   | Amiz = "Missa" |                                       |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 21, fl. 90vº.                                                            |
| 1477 | José    | Amice          |                                       |                     | Jorge Faro, <i>Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481</i> , Lisboa, 1965, p. 257. |
| 1484 | Jacob   | Amiz (1)       |                                       |                     | A.N.T.T., <i>Chancelaria de D. João II</i> , liv. 22, fl. 79.                                 |
| 1484 | José    | Armiz          |                                       |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 22, fl. 79.                                                              |
| 1486 | Isaac   | Fernades (1)   | Comerciante(1)                        |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 1, fl. 13.                                                               |
| 1486 | Isaac   | Funenz         | [mercador] de panos(1)                |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 1, fl. 13.                                                               |
| 1486 | Abraão  | Alufo (1)      | «banqueiro» / mercador de açúcar? (1) |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 4, fl. 93vº.                                                             |
| 1486 | Abraão  | Abet           |                                       |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 4, fls. 93vº-94.                                                         |
| 1488 | Salomão |                |                                       |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 15, fl. 16.                                                              |
| 1490 | Abraão  | Alufo          | «banqueiro» (1)                       |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 13, fl. 126.                                                             |
| 1490 | Abraão  | Alufo          | mercador de gado (1)                  |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 12, fls. 31vº-32.                                                        |
| 1490 | Judas   | Judeu (1)      |                                       |                     | <i>Ibidem</i> , liv. 13, fl. 126.                                                             |





## Anexo 5 – Rendimento das Comunas de Judeus à data de Expulsão.

Adaptado de Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. II, U.N.L., Lisboa, 1982, pp. 749-757.

| COMUNA                     | DIREITOS REAIS                                               | RENDIMENTO            |
|----------------------------|--------------------------------------------------------------|-----------------------|
| Lisboa                     | serviço real e genesim                                       | 1.260.000 rs.         |
|                            | tabeliães da judiaria                                        | 6.900 rs.             |
|                            | 2 tabeliães da judiaria                                      | 3.432 rs.             |
| Oliveira                   | serviço novo, real e outros direitos reais                   | 400.000 rs.           |
|                            | rendas da judiaria                                           | 50.000 rs.            |
| Évora                      | rendas da judiaria                                           | 290.000 rs.           |
|                            | serviço novo                                                 | 34.000 rs.            |
|                            | pensão dos três tabeliães e foro das carniçarias             | 5.220 rs.             |
| Évora e almoxarifado       | serviço novo                                                 | 30.000 rs.            |
| Santarém                   | rendas da judiaria                                           | 163.333 rs.           |
|                            | rendas da judiaria                                           | 100.000 rs.           |
| Beja                       | rendas da judiaria                                           | 70.000 rs.            |
|                            | rendas da judiaria                                           | 70.000 rs.            |
|                            | metade do serviço novo                                       | 31666 rs.             |
|                            | 2 tabeliães da judiaria                                      | 2.160 rs.             |
| Portalegre                 | rendas da judiaria                                           | 61.066 rs. e 7 pretos |
|                            | serviço novo ou genesim                                      | 25.256 rs.            |
| Évora-Monte                | rendas da judiaria                                           | 80.000 rs.            |
|                            | rendas da judiaria                                           | 1.000 rs.             |
| Setúbal e seu almoxarifado | serviço velho e novo                                         | 80.000 rs.            |
| Montemor-o-Novo            | sisa judenga, serviço real, genesim e direitos dos judeus    | 48.000 rs.            |
|                            | rendas da judiaria                                           | 30.334 rs.            |
| Porto                      | serviço real e novo                                          | 74.000 rs.            |
| Leiria                     | rendas da judiaria                                           | 73.415 rs.            |
| Vila Viçosa                | rendas da judiaria                                           | 65.000 rs.            |
| Faro                       | serviço novo e velho                                         | 63.333 rs.            |
| Campo de Ourique           | rendas da judiaria                                           | 60.000 rs.            |
| Estremoz                   | rendas da judiaria                                           | 29.535 rs.            |
|                            | rendas da judiaria                                           | 15.800 rs.            |
|                            | serviço novo                                                 | 12.000 rs.            |
| Lamego                     | rendas da judiaria                                           | 55.000 rs.            |
| Guimarães                  | rendas da judiaria                                           | 25.000 rs.            |
|                            | sisa judenga                                                 | 25.000 rs.            |
| Covilhã                    | rendas da judiaria                                           | 42.500 rs.            |
| Portel                     | rendas da judiaria                                           | 20.000 rs.            |
|                            | sisa judenga                                                 | 20.000 rs.            |
| Serpa                      | rendas da judiaria                                           | 36.000 rs.            |
| Chaves                     | rendas da judiaria                                           | 31.000 rs.            |
|                            | genesim                                                      | 3.000 rs.             |
| Loulé                      | rendas da judiaria                                           | 32.000 rs.            |
| Tomar                      | rendas da judiaria                                           | 31.777 rs.            |
| Borba                      | rendas da judiaria                                           | 18.000 rs.            |
|                            | rendas da judiaria                                           | 13.735 rs.            |
| Alcoutim                   | rendas da judiaria                                           | 31.639 rs.            |
| Alenquer                   | serviço velho e novo                                         | 7.938 rs. e 2 ceitis  |
| Alenquer e almoxarifado    | serviço novo                                                 | 23.166 rs. e 4 ceitis |
| Abrantes                   | rendas da judiaria                                           | 30.333 rs.            |
| Bragança                   | rendas da judiaria                                           | 30.000 rs.            |
| Braga                      | rendas da judiaria                                           | 26.000 rs.            |
| Pinhel                     | rendas da judiaria                                           | 20.000 rs.            |
| Castelo Rodrigo            | rendas da judiaria                                           | 20.000 rs.            |
| Guarda                     | rendas da judiaria                                           | 20.000 rs.            |
| Sarzedas                   | rendas da judiaria                                           | 20.000 rs.            |
| Alcácer do Sal             | rendas da judiaria                                           | 17.500 rs.            |
| Vila Real                  | rendas da judiaria                                           | 14.200 rs.            |
|                            | serviço novo e velho dos judeus que vêm à feira de Vila Real | 3.000 rs.             |
| Monforte                   | rendas da judiaria                                           | 17.000 rs.            |
| Barcelos                   | rendas da judiaria                                           | 16.000 rs.            |
| Torres Novas               | serviço dos judeus                                           | 8.000 rs.             |
|                            | serviço dos judeus                                           | 8.000 rs.             |
| Sousel                     | rendas da judiaria                                           | 8.000 rs.             |
|                            | rendas da judiaria                                           | 7.666 rs.             |
| Aveiro                     | rendas da judiaria, sem serviço novo                         | 15.000 rs.            |
| Vila Franca de Xira        | serviço velho e novo                                         | 14.321 rs.            |
| Castelo de Vide            | rendas da judiaria                                           | 14.200 rs.            |
| Viseu                      | rendas da judiaria                                           | 14.000 rs.            |
| Odemira                    | rendas da judiaria                                           | 13.400 rs.            |
| Arraiolos                  | rendas da judiaria                                           | 13.000 rs.            |

|                                                       |                                                                                 |                       |
|-------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| Torres Vedras                                         | sisa judenga e serviço real                                                     | 12.647 rs.            |
| Arruda                                                | serviço velho e novo                                                            | 12.559 rs. e 5 ceitis |
| Mourão                                                | serviço real e novo                                                             | 12.000 rs.            |
| Silves                                                | serviço velho e novo                                                            | 12.000 rs.            |
| Ourém                                                 | rendas da judiaria                                                              | 6.000 rs.             |
|                                                       | rendas da judiaria                                                              | 5.790 rs.             |
| Campo Maior                                           | rendas da judiaria                                                              | 11.493 rs.            |
| Sabugal                                               | rendas da judiaria                                                              | 10.720 rs.            |
| Monsaraz                                              | rendas da judiaria                                                              | 5.375 rs.             |
|                                                       | rendas da judiaria                                                              | 5.000 rs.             |
| Celorico                                              | rendas da judiaria                                                              | 10.000 rs.            |
| Alegrete                                              | rendas da judiaria                                                              | 8.000 rs.             |
| Azambuja                                              | serviço velho e novo                                                            | 8.000 rs.             |
| Sintra                                                | serviço velho e novo                                                            | 6.800 rs.             |
| Cabeço de Vide                                        | genesim                                                                         | 6.666 rs.             |
| Alter                                                 | rendas da judiaria                                                              | 6.500 rs.             |
| Miranda                                               | rendas da judiaria                                                              | 6.000 rs.             |
| Monsanto                                              | rendas da judiaria                                                              | 5.760 rs.             |
| Tavira                                                | rendas da judiaria                                                              | 5.652 rs.             |
| Freixo de Espada à Cinta                              | serviço novo e portagem dos judeus                                              | 5.600 rs.             |
| Vidigueira                                            | rendas da judiaria                                                              | 5.000 rs.             |
| Ponte de Lima                                         | serviço novo e renda das casas da judiaria                                      | 4.666,5 rs.           |
| Alvor                                                 | serviço novo e velho                                                            | 4.000 rs.             |
| Porto de Mós                                          | rendas da judiaria                                                              | 2.820 rs.             |
|                                                       | rendas da judiaria                                                              | 1.000 rs.             |
| S. João da Pesqueira                                  | sisa judenga                                                                    | 3.300 rs.             |
| Castanheira                                           | serviço velho e novo                                                            | 2.816 rs. e 4 ceitis  |
| Mesão Frio                                            | rendas da judiaria                                                              | 2.500 rs.             |
| Óbidos                                                | sisa judenga e serviço real                                                     | 2.000 rs.             |
| Vimieiro                                              | rendas da judiaria                                                              | 1.650 rs.             |
| Bemposta                                              | rendas da judiaria                                                              | 900 rs.               |
| Coimbra e Portimão                                    | serviço real e novo e portagem das judiarias                                    | 115.332 rs.           |
| Elvas, Juromenha e Vila Boim                          | rendas da judiaria                                                              | 113.333 rs.           |
| Santiago do Cacém, e Sines e seus termos              | genesim e sisa judenga                                                          |                       |
| Mértola e vilas e lugares de Campo de Ourique         | sisa judenga                                                                    | 60.000 rs.            |
| Torre de Moncorvo e Vila Flor                         | rendas da judiaria                                                              | 30.000 rs.            |
| Trancoso e Marialva                                   | rendas da judiaria                                                              | 30.000 rs.            |
| Fronteira, Borba, Vila Viçosa, etc.                   | serviço novo, velho, genesim                                                    | 29.000 rs.            |
| Alvito, Vila Nova e Ouriola                           | rendas da judiaria                                                              | 15.000 - 16.000 rs.   |
| Avis e Ponte de Sôr                                   | rendas da judiaria                                                              | 12.833 rs.            |
| Mogadouro e Azinhoso                                  | sisa judenga                                                                    | 10.666 rs.            |
| Coruche, Benavente, Samora Correia, Salvaterra e Muge | rendas da judiaria                                                              | 8.000 rs.             |
| Ponte de Lima e Barcelos                              | cabeças e quantias dos judeus                                                   | 4.650 rs.             |
| Reino                                                 | sisão                                                                           | 400.000 rs.           |
| Reino                                                 | peita ferreira                                                                  | 35.390 rs.            |
| Reino                                                 | escrivaninhas das câmaras das comunas                                           | 12.000 rs.            |
|                                                       | direitos dos judeus nas feiras de Santa Maria da Merceana e S. João de Alenquer | 5.000 rs.             |

Total 5.076.246 rs.